

## Sorocaba Refrescos S.A.

CNPJ/MF nº 45.913.696/0001-85

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações de Resultados			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativos	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Circulante</b>		<b>214.621</b>	<b>184.587</b>				<b>58.526</b>	<b>7.720</b>	<b>35.040</b>	-	<b>101.286</b>
Caixa e equivalentes de caixa	9	61.363	34.326	Receita líquida de vendas	26	590.748					40.933
Contas a receber de clientes	10	58.894	45.019	Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27.a	(359.003)					(9.722)
Estoques	11	53.338	42.304	<b>Lucro bruto</b>		<b>231.745</b>					<b>188.014</b>
Impostos a recuperar	12	38.011	57.126	<b>Receitas (despesas) operacionais</b>							
Outros créditos	13	3.015	5.812	Logística, distribuição e armazenagem	27.b	(84.117)					(2.047)
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>35.038</b>	<b>41.323</b>	Vendas	27.c	(63.262)					(9.722)
Ativo fiscal diferido	14	8.270	1.790	Administrativas e gerais	27.d	(43.234)					(29.165)
Impostos a recuperar	12	4.141	26.489	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(940)					(4.308)
Depósitos judiciais	14	14.164	7.506	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	1.916					(12.925)
Outros créditos	13	8.463	5.539	<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>42.107</b>					<b>31.964</b>
Investimentos	15	11.246	11.246	<b>Resultado financeiro</b>							
Imobilizado	16	105.936	99.209	Receitas financeiras	29	9.828					10.142
Direito de uso	32	807	751	Despesas financeiras	29	(25.548)					(6.464)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>153.027</b>	<b>152.529</b>	Financeiras líquidas		(15.720)					3.678
<b>Total do ativo</b>		<b>367.648</b>	<b>337.117</b>	<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>26.387</b>					<b>35.642</b>
<b>Passivo</b>				IRPJ e CSLL correntes	14	(14.726)					(11.011)
<b>Circulante</b>		<b>135.907</b>	<b>151.931</b>	IRPJ e CSLL diferidos	14	6.480					16.302
Fornecedores	17	61.874	58.421	<b>Resultado do exercício</b>		<b>18.141</b>					<b>40.933</b>
Financiamentos e empréstimos	18	5.056	34.274	<b>Demonstrações de Resultados Abrangentes</b>							
Imp. e contribuições sociais a recolher	20	20.913	18.056	Resultado do exercício	2022	2021					
Salários, férias e encargos a pagar	21	16.859	14.463	Outros resultados abrangentes							
Dividendos a distribuir	19	4.308	10.228	<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>18.141</b>					<b>40.933</b>
IRPJ e CSLL a recolher	14	5.242	1.819	contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. <b>Receitas financeiras e despesas financeiras:</b> As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. <b>c. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:</b> Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. <b>(ii) Plano de contribuição definida:</b> As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego. <b>d. IRPJ e CSLL:</b> O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e a base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com IRPJ e CSLL compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. <b>(f) Despesas de IRPJ e CSLL corrente:</b> O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. <b>(ii) Despesas de IRPJ e CSLL diferido:</b> O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IRPJ e CSLL diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. <b>e. Estoques:</b> Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em tratá-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. <b>f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:</b> Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado. <b>(ii) Custos subsequentes:</b> Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. <b>(iii) Depreciação:</b> A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido							

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional:** A Sorocaba Refrescos S.A. ("Companhia" ou "Sorocaba Refrescos") localizada às margens da Rodovia Raposo Tavares, km 104, foi fundada em 1975 como uma subsidiária da Refrigerantes Campinas S.A. A fábrica foi inaugurada em Sorocaba em 1977. Em 1985, passa a ser uma filial da Refrescos Ipiranga e, finalmente em 1989, a Companhia passou a ser um fabricante independente no Sistema Coca-Cola Brasil.

**2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 27/02/2023. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 7.1 -** Vida útil do ativo imobilizado. **• Nota Explicativa nº 10 -** Mensuração de perdas de crédito esperadas para o contas a receber. **• Nota Explicativa nº 14 -** Mensuração do IRPJ e da CSLL diferidos. **• Nota Explicativa nº 22 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração a valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de avaliação, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis) A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** As alterações ao CPC 25 Contratos Onerosos sobre os Custos de Cumprimento de um Contrato, a partir de 01/01/2022 não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são mensurados pelo valor justo. **7. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Receita:** A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
<b>Resultado do exercício</b>		<b>18.141</b>	<b>40.933</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	16	13.047	11.248
Amortização do direito de uso	32	832	922
Prov. para perdas de créditos esperada	10	940	1.510
Provisão para perdas no estoque	11	806	1
Impostos diferidos	14	(6.480)	(16.302)
IRPJ e CSLL correntes	14	14.726	11.011
Despesas com contingências	22	980	341
Provisão para desvalorização de invest.	15	-	2.128
Baixa de ativo imobilizado	16	576	194
Instrumentos financeiros derivativos	31	1.239	-
Juros sobre financiamentos e empréstimos	18	9.708	4.382
Despesa financeiras - Passivo arrendamento	32	170	102
Crédito PIS/Cofins s/exclusão do ICMS da base de cálculo	28	-	(6.289)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber de clientes	(14.815)	(2.109)	
Estoques	(11.840)	(11.673)	
Impostos a recuperar	41.463	37.061	
Outros créditos	(127)	(2.010)	
Depósitos judiciais e outros	(6.658)	(1.151)	
Fornecedores	3.453	19.223	
Impostos e contribuições sociais a recolher	2.857	(843)	

do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Terrenos	4 a 60	1,67 a 25,00
Edificações	2 a 40	2,50 a 50,00
Máquinas, equip. e instalações	1 a 30	3,33 a 100,00
Móveis e utensílios	3 a 12	8,33 a 33,33
Veículos	9 a 20	5,00 a 11,11
Garrafas e embalagens		

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber e outros créditos e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **•** As políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. **•** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. **•** Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos. **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: **•** Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; **•** Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; **•** O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e **•** Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No *continuação*

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado. (iv) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. h. **Capital social:** A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido composto seu capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em acordo de acionistas, são reconhecidos como passivo. i. **Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço. • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. O determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking) A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber) As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias. • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais. • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. **Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. k. **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. (l) **Como arrendatário** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos

qualquer incentivo de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa na data de início. • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. i. **Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance) O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação — ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. 8. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2022. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. a. **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26)** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2023. b. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias — por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 01/01/2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. c. **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 17 Contrato de Seguros. • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23) 9. **Caixas e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2022	2021
10. Contas a receber de clientes:		
Contas a receber de clientes	66.288	51.481
Prov. para perdas de créditos esperadas	(7.394)	(6.462)
<b>Total</b>	<b>58.894</b>	<b>45.019</b>

Em 31/12/2022 e 2021 os saldos de clientes eram compostos, substancialmente, por valores a receber decorrente de vendas para o mercado interno. A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa no 31. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente, com a taxa de mercado CDI (Certificado de Depósito Interbancário), dos seus saldos de contas a receber de cliente em 31/12/2022 e 2021 e concluiu que os valores se equiparam, substancialmente, aos valores contábeis apresentados no balanço. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos. A composição por vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

	2022	2021
A vencer	50.325	36.913
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	8.913	7.169
De 31 a 60 dias	271	480
De 61 a 90 dias	77	221
De 91 a 180 dias	194	381
Acima de 181 dias	6.508	6.317
<b>Total</b>	<b>66.288</b>	<b>51.481</b>
Prov. para perdas de créditos esperadas	(7.394)	(6.462)
<b>Total</b>	<b>58.894</b>	<b>45.019</b>

As movimentações da provisão para perdas de crédito esperadas são apresentadas a seguir:

	2022	2021
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(4.952)</b>	
Const. de provisão para perdas de crédito esperadas	(1.510)	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(6.462)</b>	
Baixas de créditos sem possibilidade de recuperação	8	
Const. de provisão para perdas de crédito esperadas	(940)	
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(7.394)</b>	

A Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável. A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A perda estimada da Companhia tem como política o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nessa carteira com elevado grau de assertividade. O critério utilizado pela Companhia tanto na distribuição das faixas como na distribuição da percentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de percentagem mínima de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a Companhia realiza o arrasto da carteira.

	2022	2021
11. Estoques:		
Produtos acabados	7.918	5.715
Semi-acabados	9.738	6.060
Mercadorias para revenda	14.207	6.607
Matéria-prima e embalagens	9.192	11.899
Produtos do almoxarifado	3.173	3.045
Manutenção industrial	9.221	8.022
Manutenção frotas	253	303
Manutenção de geladeiras/post mix	970	1.182
Provisão para perda de estoque (i)	(1.334)	(528)
<b>Total</b>	<b>53.338</b>	<b>42.304</b>

(i) O critério utilizado para constituição da provisão para perda de estoque levou em conta os itens que estavam sem movimentação há mais de quatro anos e também os componentes de máquinas e equipamentos que não fazem mais parte da cadeia de produção. Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e a composição do custo dos produtos vendidos está demonstrada na Nota Explicativa nº 27. Não há saldos de estoques dados em garantia de dívidas em 31/12/2022 e 2021. 12. **Impostos a recuperar:**

	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>		
PIS e COFINS sobre exclusão do ICMS na base de cálculo (Nota 28)	34.451	55.031
ICMS sobre ativo imobilizado a recuperar	2.395	1.647
PIS e COFINS sobre ativo imobilizado a recuperar	16	18
IPI a recuperar	1.149	-
Restituição ILL	-	223
Outros	-	207
<b>Total</b>	<b>38.011</b>	<b>57.126</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
PIS e COFINS sobre exclusão do ICMS na base de cálculo (Nota 28)	2.158	1.944
ICMS sobre ativo imobilizado a recuperar	1.366	1.215
AIRE a recuperar	223	-
Restituição ILL	194	194
IPTU a recuperar	141	-
PIS e COFINS a recuperar - ressarcimento	48	-
IPI a recuperar - ressarcimento	11	-
ICMS ST a recuperar - ressarcimento	-	11
<b>Total</b>	<b>4.141</b>	<b>26.489</b>

A parcela dos tributos a recuperar classificados no ativo circulante decorre da expectativa de realização desses tributos pela Companhia, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos. A parcela mantida no curto prazo corresponde às expectativas dos créditos que serão utilizados para compensar IPI, PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL a pagar no decorrer do exercício social a partir de 31/12/2023, gerados no processo operacional. Líquidos dos respectivos créditos que também serão tomados no processo produtivo. 13. **Outros créditos:**

	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>		
Empréstimo SRSA (i)	-	1.395
Reembolso CCIL/ceveja	752	1.913
Adiantamento a fornecedores	1.137	527
Adiantamento a funcionários	519	458
Seguros a apropriar	506	175
Outros	101	1.344
<b>Total</b>	<b>3.015</b>	<b>5.812</b>

	Móveis, máquinas e utensílios e instalações	Veículos	Vasilhames	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
<b>Saldo em 2020</b>	<b>16.402</b>	<b>57.388</b>	<b>46.207</b>	<b>19.867</b>	<b>21.022</b>	<b>19.456</b>
Adições	216	4.592	3.941	2.175	1.116	466
Alienações	-	(133)	(99)	(606)	(149)	(30)
Transferências	765	4.937	398	25	-	4.670
<b>Saldo em 2021</b>	<b>17.383</b>	<b>66.784</b>	<b>50.447</b>	<b>21.461</b>	<b>21.989</b>	<b>24.562</b>
Adições	148	1.418	8.976	2.258	2.089	1.206
Alienações	-	(54)	(370)	(893)	(169)	(105)
Transferências	-	2.442	135	64	-	-
<b>Saldo em 2022</b>	<b>17.531</b>	<b>70.590</b>	<b>59.188</b>	<b>22.890</b>	<b>23.909</b>	<b>25.663</b>

	Móveis, máquinas e utensílios e instalações	Veículos	Vasilhames	Equipamentos de informática	Terrenos	Imobilizado em andamento	Total
<b>Saldo em 2020</b>	<b>(5.339)</b>	<b>(32.742)</b>	<b>(18.019)</b>	<b>(11.035)</b>	<b>(14.201)</b>	<b>(13.787)</b>	<b>(95.123)</b>
Depreciação no exercício	(357)	(3.328)	(2.727)	(1.881)	(1.271)	(1.684)	(11.248)
Alienações	-	110	99	512	133	30	864
<b>Saldo em 2021</b>	<b>(5.696)</b>	<b>(35.960)</b>	<b>(20.647)</b>	<b>(12.404)</b>	<b>(15.339)</b>	<b>(15.441)</b>	<b>(105.487)</b>

	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Ativo não circulante</b>		
Consórcio (aquisição de máquinas e equip.)	5.787	5.389
Empréstimo SRSA (i)	1.395	-
Seguros - Garantia de processos	1.131	-
Outros	150	150
<b>Total</b>	<b>8.463</b>	<b>5.539</b>

(i) Refere-se ao repasse de recursos para suprimento de caixa sem vencimento, sem incidência de juros e em condições específicas entre as partes. (Nota 19). 14. **IRPJ e CSLL correntes e diferidos:** a. **IRPJ e CSLL corrente diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias de base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, e não resultam em impacto financeiro. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. As estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

	2022	2021
<b>Passivo fiscal corrente</b>		
IR e CS a pagar	947	11.011
<b>Ativo fiscal diferido</b>		
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.683	514
Prov. de participação nos lucros (superação)	1.435	626
Provisão para perdas de estoque	179	1
Prov. para desvalorização de investimento	-	596
Ajustes cut-off	-	455
Provisão honorários processo PIS/COFINS	8.057	(1.668)
Provisão para despesas gerais	4.374	110
Outras adições temporárias	76	-
Prejuízos fiscais do IRPJ	5.994	(3.540)
Base negativa de CSLL	2.262	(1.274)
Provisão para contingências	2.985	116
<b>Total</b>	<b>27.045</b>	<b>(4.067)</b>

Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A perda estimada da Companhia tem como política o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nessa carteira com elevado grau de assertividade. O critério utilizado pela Companhia tanto na distribuição das faixas como na distribuição da percentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de percentagem mínima de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a Companhia realiza o arrasto da carteira.

	2022	2021
<b>Passivo fiscal diferido</b>		
Leasing financeiro (4.728)	568	(4.160)
Exclusão ICMS da base PIS/COFINS (Nota 28)	(36.829)	19.801
<b>Total</b>	<b>(41.557)</b>	<b>20.369</b>

Valor líquido do IRPJ e CSLL diferidos (14.512) 16.302 1.790 6.480 8.270

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 - Tributos sobre o lucro, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, elaborado anualmente nos encerramentos dos exercícios sociais, aprovado pela Administração. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social corrente. A realização das diferenças temporárias, além de ocorrer em função dos resultados projetados, depende também da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem. A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. b. **Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSLL debitada em

	2022	2021
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	26.387	35.642
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
<b>Total</b>	<b>(8.972)</b>	<b>(12.118)</b>

resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Adições/exclusões permanentes:		
- Não incidência de IR e CS sobre atualização financ. crédito PIS/COFINS (i)	-	17.188
- Outras	726	221
<b>Total</b>	<b>726</b>	<b>17.409</b>
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(8.246)	5.291
IRPJ e CSLL correntes	(14.726)	(11.011)
IRPJ e CSLL diferidos	(6.480)	16.302
Alíquota efetiva	31%	(15%)

(i) Refere-se a IR e CS diferidos constituídos em 2020, revertidos em 2021 de acordo com a decisão do STF da não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a Selic na devolução de tributos pagos indevidamente. A Companhia ingressou com mandado de segurança e obteve decisão favorável.

15. **Investimentos:**

	% de participação	2022	2021
Leão Junior S.A.	0,75%	8.150	8.150
Trop Frutas do Brasil S.A.	0,76%	1.179	1.179
UBI 3 Participações	0,75%	1.917	1.917
<b>Invest. avaliado pelo método de custo</b>		<b>11.246</b>	<b>11.246</b>

Refere-se a aportes de capital para a aquisição de participação minoritária na Suco Mais e na Del Valle, efetuados através da Holding HOLDFAB Participações Ltda. Em 24/08/2010 foi realizado aporte de capital para a aquisição minoritária na Leão Junior S.A., feita através da Holding HOLDFAB Participações Ltda. Em janeiro de 2013, e HOLDFAB e

*continuação*

b. Movimentação da depreciação	Imóveis e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos		Equipamentos de informática		Terrenos	Imobilizado em andamento	Total
				Veículos	Instalações	Equipamentos	Equipamentos			
Depreciação no exercício (330)	(3.617)	(3.638)	(1.735)	(1.420)	(2.307)	-	-	-	-	(13.074)
Alienações	-	24	260	689	145	101	-	-	-	1.219
<b>Saldo em 2022</b>	<b>(6.026)</b>	<b>(39.553)</b>	<b>(24.025)</b>	<b>(13.450)</b>	<b>(16.614)</b>	<b>(17.647)</b>	-	-	-	<b>(117.315)</b>

Valor líquido contábil:

	2022	2021
Em 31/12/2020	11.063	24.646
Em 31/12/2021	11.687	30.824
Em 31/12/2022	11.505	31.037

No exercício findo em 2022, o montante de R\$ 2.553 (R\$ 4.118 em 2021) do ativo imobilizado, correspondente a veículos, máquinas e equipamentos, instalações e ativos de mercado, foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto a instituições financeiras. **Redução ao valor recuperável para unidade geradora de caixa:** Nos exercícios findos em 2022 e 2021 a companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

**17. Fornecedores:**

	2022	2021
<b>Mercado interno</b>		
Concentrado	9.904	9.874
Receita	5.480	3.895
Agúcar	6.727	7.835
Latas de alumínio	7.998	5.824
Cerveja	1.048	537
Pré-forma	11.596	12.534
Plásticos	4.124	5.022
Frete	481	409
Sucos	786	957
Gases	763	644
Diversos	12.967	10.890
<b>Total</b>	<b>61.874</b>	<b>58.421</b>
Fornecedores	60.406	55.697
Partes relacionadas	1.468	2.724
<b>Total</b>	<b>61.874</b>	<b>58.421</b>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar para fornecedores é divulgada na Nota Explicativa no 31. **18. Financiamentos e empréstimos:** Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez veja a Nota Explicativa no 31.

	2022	2021
<b>Bancários</b>		
Indexador	(a.a.)	mento
Taxa média de juros	2023 a	2022 a
Ano de vencimento	2024	2023
Moeda	Real	Real
2022	93.117	-
2021	-	-
<b>Total</b>	<b>93.117</b>	<b>-</b>

Em 31/12/2022, a Companhia cumpriu as obrigações relacionadas à manutenção dos indicadores na data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras. Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em 31/12/2022 e 2021.

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>90.000</b>	<b>(1.300)</b>
<b>Liberações</b>	<b>90.000</b>	<b>1.300</b>
<b>Comissões de Pagamentos</b>	<b>(1.300)</b>	<b>(5.883)</b>
<b>Pagamento de juros</b>	<b>(5.292)</b>	<b>9.708</b>
<b>Apropriação de encargos financeiros</b>	<b>9.708</b>	<b>94.060</b>
<b>Saldo final</b>	<b>90.000</b>	<b>94.060</b>

**Financiamentos e empréstimos**

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>84.115</b>	<b>1.501</b>
<b>Liberações</b>	<b>1.501</b>	<b>-</b>
<b>Comissões de Pagamentos</b>	<b>(1.501)</b>	<b>(27.709)</b>
<b>Pagamento de juros</b>	<b>(4.462)</b>	<b>4.382</b>
<b>Apropriação de encargos financeiros</b>	<b>4.382</b>	<b>57.827</b>
<b>Saldo final</b>	<b>84.115</b>	<b>57.827</b>

(i) Refere-se a comissões sobre emissão de debentures. **Garantias:** Abaixo demonstramos as garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos:

Modalidade	Garantia
Capital de giro	Hipoteca imóvel e duplicatas
Finame	Garantidos pelos equipamentos
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	Sem garantias

**19. Partes relacionadas: a. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 4.859 (R\$ 3.426 em 2021), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis. **b. Benefícios a empregados:** A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, cestas básicas, transportes, fornecimento de refeições prontas e vale-refeição. Em 31/12/2022, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 15.220 (R\$ 12.735 em 31/12/2021) correspondente, respectivamente, a 2,58% e 2,53% de sua receita operacional líquida. **c. Controladores:** A controladora da Companhia é a B5 Participações Ltda., que detém 60% das ações que representam o seu capital social. **d. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações:

	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Outros créditos</b>		
SRSA Participações Ltda.	1.396	1.395
<b>Total</b>	<b>1.396</b>	<b>1.395</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Investimentos</b>		
Leão Junior S.A.	8.150	8.150
Trop Frutas do Brasil S.A.	1.179	1.179
UBI 3 Participações	1.917	1.917
<b>Total</b>	<b>11.246</b>	<b>11.246</b>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Rio de Janeiro Refrescos Ltda.	(1.468)	-
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	-	(2.724)
<b>Total</b>	<b>(1.468)</b>	<b>(2.724)</b>
<b>Dividendos a distribuir</b>		
B5 Participações Ltda.	(2.585)	(6.137)
Rio de Janeiro Refrescos Ltda.	(1.723)	(4.091)
<b>Total</b>	<b>(4.308)</b>	<b>(10.228)</b>
<b>Resultado: Compras - Aquisição de prod.</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	-	(23.800)
Rio de Janeiro Refrescos Ltda.	(16.632)	-
<b>Total</b>	<b>(16.632)</b>	<b>(23.800)</b>

Os valores ativos referem-se a venda de produtos e serviços; aluguel de propriedades; e repasse de despesas compartilhadas. Os valores passivos, referem-se a compra de produtos e serviços.

**20. Impostos e CSSL's a recolher:**

	2022	2021
ICMS	16.219	15.477
PIS e COFINS a recolher	4.313	2.239
Outros	381	340
<b>Total</b>	<b>20.913</b>	<b>18.056</b>

**21. Salários, férias e encargos a pagar**

	2022	2021
Superação a pagar	7.230	6.061
Provisão de férias	6.329	5.394
Ordenados e salários	1.514	1.418
INSS a recolher	1.315	1.181
FGTs a recolher	436	384
Outros	35	25
<b>Total</b>	<b>16.859</b>	<b>14.463</b>

**22. Provisão para contingências:** A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na sua defesa, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia. Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	2022	2021
Tributária	730	76
Trabalhistas	9.370	9.044
<b>Total</b>	<b>10.100</b>	<b>9.120</b>

A movimentação das provisões para contingências está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2022	Saldo final 2021	Adições	Saldo final 2022
Tributários	76	654	730	1.460
Trabalhistas	9.044	326	9.370	19.740
<b>Total</b>	<b>9.120</b>	<b>980</b>	<b>10.100</b>	<b>21.100</b>

**31/12/2021**

	Saldo final 2020	Adições	Saldo final 2021
Tributários	-	76	76
Trabalhistas	8.779	265	9.044
<b>Total</b>	<b>8.779</b>	<b>341</b>	<b>9.120</b>

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 156.276 (R\$ 122.124 em 31/12/2021). Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. Do montante de perdas com risco possível, essas referem-se principalmente a: (i) Autos de infração lavrados em 2012, pelo suposto equívoco de recolhimento de ICMS-ST nas operações com a Leão Alimentos e Bebidas na qualidade de substituto ou substituído tributário, no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010. Esses autos de infração, acrescidos de multa e juros incorridos até 31/12/2022, montam em R\$ 82.550. Desse montante, a Companhia possui uma carta conforto que a companhia Leão Alimentos e Bebidas se responsabiliza pelo ônus dos processos 4.004.763-5 e 4.004.766-0, os quais montam R\$ 66.576, além de uma carta fiança com garantia de R\$ 6.998; (ii) Auto de infração lavrado para a Leão Alimentos e Bebidas, no qual a Companhia é responsável solidário, no montante de R\$ 22.908 referente a glosa de despesas com amortização de ágio no ano-calendário 2017; (iii) Autos de infração lavrados entre 2003 e 2006, que montam R\$ 19.879 em 2022, referem-se à utilização incorreta de margens de valor agregado para fins de cálculo de ICMS - substituição tributária, para vendas a clientes considerados atacadista; (iv) Autos de infração lavrados referente a suposto erro na emissão de documentos fiscais e consequente não recolhimento de ICMS no montante de R\$ 9.951 no período de janeiro a julho de 2008; (v) Auto de infração lavrado em 2022 referente ao credimento de ICMS de matérias primas oriundas da zona franca de Manaus no montante de R\$ 7.427; (vi) Auto de infração referente a não homologação de compensação de créditos federais no montante de R\$ 5.532; (vii) Demais processos tributários referente a glosa de tributos e parcelamentos que montam R\$ 7.844; e (viii) Há processos cíveis no montante de R\$ 109.23. **23. Impostos parcelados:**

	2022	2021
<b>Passivo circulante</b>		
ICMS	713	-
IOF	2.175	-
<b>Total</b>	<b>2.888</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não-circulante</b>		
ICMS	794	-
IOF	1.724	-
<b>Total</b>	<b>2.518</b>	<b>-</b>

A Companhia perdeu judicialmente os processos 0017778-74.2010.8.26.0602, referente a débitos de ICMS no montante de R\$ 10.721, e 5007021-85.2021.4.03.6110 - 10855.9002732014, referente a débitos de IOF no montante R\$ 2.363, que foram respectivamente parcelados em 60 e 48 vezes com atualização mensal pela Selic.

**24. Outras contas a pagar:**

	2022	2021
Honorários advocatícios, consultoria, auditoria e outras obrigações (i)	16.444	21.746
Provisões para despesas gerais	10.747	7.655
PIS/COFINS atualização financeira de crédito extemporâneo	202	1.228
Outros	5.667	3.258
<b>Total</b>	<b>33.060</b>	<b>33.887</b>
<b>Circulante</b>		
Circulante	16.679	13.872
Não circulante	16.381	20.015

(i) A Companhia, em 31/12/2020, reconheceu os custos indiretos (honorários advocatícios, consultoria, auditoria, impostos indiretos e outras obrigações) decorrentes do reconhecimento de direito adquirido em juízo, no valor de R\$ 29.565 que foram classificadas em outras despesas operacionais. **25. Patrimônio líquido:**

**a. Capital social:** Em 31/12/2022, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 58.526 (idêntico em 2021), dividido em 1.634.749.277 ações ordinárias (idêntico em 2021), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

Acionistas	Ações
B5 Participações Ltda.	980.794.877

**Acionistas**

	2022	2021
Rio de Janeiro Refrescos Ltda.	653.899.709	-
Outros	54.691	-
<b>Total</b>	<b>1.634.749.277</b>	<b>-</b>

**b. Reservas de lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação dos prejuízos acumulados. **Retenção de lucros:** A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras. **c. Remuneração aos acionistas:** O acordo de acionistas determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, após a compensação dos prejuízos acumulados.

	2022	2021
Resultado do exercício	18.141	40.933
Reserva legal - 5%	907	2.047
Base de cálculo - Dividendos	17.233	38.887
Dividendos mínimos obrigatórios - 25 %	4.308	9.722
<b>Total</b>	<b>22.187</b>	<b>50.757</b>

**26. Receita líquida de vendas:**

	2022	2021
Venda de produtos	898.692	776.073
Devoluções	(7.343)	(6.059)
Impostos sobre vendas	(300.601)	(267.493)
<b>Total</b>	<b>590.748</b>	<b>502.521</b>

A Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto, fundamentalmente: (a) a natureza e os fatores de risco econômico dos produtos são similares; (b) os consumidores e os clientes não possuem distinções relevantes atrelados ao tipo de produto adquirido; e (c) a Companhia atua apenas em território nacional. **27. Despesas operacionais por natureza: a. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados:**

	2022	2021
Matéria-prima consumida	(309.194)	(271.526)
Salários e encargos sociais	(16.386)	(14.310)
Gastos com manutenção	(10.353)	(8.895)
Depreciação e amortização	(5.914)	(5.048)
Combustíveis e energia elétrica	(3.925)	(3.760)
Benefícios a empregados	(3.311)	(2.821)
Serviços prestados por terceiros	(1.333)	(1.071)
Aluguéis	(2.300)	(1.878)
Outros gastos	(6.287)	(5.199)
<b>Total</b>	<b>(359.003)</b>	<b>(314.507)</b>

**b. Logística, distribuição e armazenagem**

	2022	2021
Serviços prestados por terceiros	(32.190)	(26.541)
Salários e encargos sociais	(19.013)	(15.287)
Gastos com manutenção	(4.832)	(3.724)
Combustíveis e energia elétrica	(6.349)	(4.260)
Benefícios a empregados	(4.718)	(3.750)
Frete	(6.435)	(5.796)
Depreciação e amortização	(4.514)	(4.033)
Aluguéis	(445)	(202)
Outros gastos	(5.621)	(4.460)
<b>Total</b>	<b>(84.117)</b>	<b>(68.054)</b>

**c. Despesas de vendas**

	2022	2021
Salários e encargos sociais	(27.027)	(23.629)
Materiais de propaganda, premiações, mídias e bonificações	(21.146)	(16.024)
Benefícios a empregados	(4.465)	(4.684)
Serviços prestados por terceiros	(4.647)	(3.571)
Gastos com manutenção	(983)	(849)
Aluguéis	(430)	(395)
Depreciação e amortização	(124)	(96)
Outros gastos	(784)	(802)
<b>Total</b>	<b>(63.262)</b>	<b>(51.820)</b>

**d. Despesas administrativas e gerais**

	2022	2021
Honorários advocatícios e custas processuais	(3.974)	(3.799)
Serviços prestados por terceiros	(17.562)	(13.328)
Salários e encargos sociais	(9.618)	(9.191)
Gastos com manutenção	(1.120)	(1.248)
Depreciação e amortização	(2.668)	(2.287)
Benefícios a empregados	(1.726)	(1.478)
Combustíveis e energia elétrica	(187)	(355)
Aluguéis	(338)	(259)
Multas	(83)	(152)
Outros gastos	(5.958)	(5.761)
<b>Total</b>	<b>(43.234)</b>	<b>(37.857)</b>

**28. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:**

	2022	2021
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Crédito extemporâneo - PIS e COFINS	-	1.621
Lucro na venda do ativo imobilizado	830	478
Venda de sucatas	586	447
Bonificações - mercadorias	38	5
Reembolso investimentos em ativos	2.324	3.383
Outras receitas operacionais	1.816	1.388
<b>Total</b>	<b>5.594</b>	<b>7.322</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Provisão para contingências	(980)	(341)
Outras despesas operacionais	(2.698)	(3.791)
<b>Total</b>	<b>(3.678)</b>	<b>(4.132)</b>
<b>29. Resultado financeiro líquido:</b>	<b>1.916</b>	<b>3.190</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Atualização financeira crédito extemporâneo PIS/COFINS (Nota 28)	-	4.509
Rendimento de aplicações financeiras	4.181	1.332
Atualização de saldo de impostos	3.891	2.745
Juros recebidos	1.400	1.295
Descontos obtidos	312	191
Outras receitas financeiras	44	70
<b>Total</b>	<b>9.828</b>	<b>10.142</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e encargos financeiros	(18.929)	(4.382)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.239)	-
Descontos concedidos	(1.169)	(775)
IOF sobre operações financeiras	(1.580)	(44)
Outras despesas financeiras	(2.631)	(1.263)
<b>Total</b>	<b>(25.548)</b>	<b>(6.464)</b>
<b>Total do result. financeiro líquido</b>	<b>(15.720)</b>	<b>3.678</b>

**30. Gerenciamento de capital:** A Companhia gere seus investimentos em capital para certificar que a entidade tenha assegurada sua continuidade desde um ponto de vista de situação patrimonial, maximizando a rentabilidade dos acionistas através da otimização da estrutura de patrimônio e recursos de terceiros no passivo dos respectivos balanços. A gestão do capital é focada no incremento do valor do negócio a longo prazo, tanto para os acionistas e investidores como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados através de crescimento orgânico. Para esse propósito é necessário por um lado o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos. A Companhia busca gerar seus recursos a fim de assegurar adequada remuneração de seu capital e equilíbrio financeiro. Cláusulas contratuais restritivas de natureza financeira também estão previstas nos contratos de financiamento, uma vez que a Companhia monitora de forma constante o adequado cumprimento dessas cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários. Para tal é realizado o planejamento e o controle financeiro, analisando-se investimentos, despesas, receitas, resultados, dívidas, entre outras variáveis. A divulgação do LAJIDA (EBITDA) abaixo não está prevista nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

	2022	2021



Vertis Participações S.A.											
CNPJ nº 12.881.125/0001-57 - NIRE 35300509684											
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2015 E 2014 (Valores expressos em Reais – R\$)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	2015	2014	2015	2014					2015	2014	
Circulante	2.496	1.061	12.546	8.634	6.473	(1.231)	(13.551)	(8.309)	28.791	(3.257)	20.482
Caixa e equivalentes de caixa	1.531	101	7.409	3.927	-	-	(15.142)	(15.142)	(3.257)	(18.399)	25.534
Contas a receber de clientes	-	-	1.348	1.629	6.473	(1.231)	(28.693)	(23.451)	25.534	2.083	(12.108)
Estoques	-	-	1.041	453	-	-	(7.624)	(7.624)	(4.484)	(12.108)	(22.889)
Adiantamentos a fornecedores	961	960	2.078	2.068	-	-	-	-	(9.237)	(22.889)	(32.126)
Impostos a recuperar	4	-	424	457	6.473	(10.468)	(36.317)	(40.312)	(1.839)	(42.151)	-
Despesas antecipadas	-	-	47	47	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	199	53	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	24.921	23.986	22.872	45.849	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	18.343	38.449	20.711	42.298	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	18.343	38.449	20.711	42.298	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	6.578	(14.463)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	1.827	2.556	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	334	995	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	27.417	25.047	35.418	54.483	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>											
Circulante	30	-	998	1.951	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	28	-	300	1.391	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	71	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	211	372	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	2	-	41	82	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	446	35	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	67.699	48.498	76.571	50.449	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	62.445	48.498	76.571	50.449	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda de invest.	5.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	67.729	48.498	77.569	52.400	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	(40.312)	(23.451)	(42.151)	2.083	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	6.473	6.473	6.473	6.473	-	-	-	-	-	-	-
Outros result. abrangentes	(10.468)	(1.231)	(10.468)	(1.231)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(36.317)	(28.693)	(36.317)	(28.693)	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(1.839)	25.534	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrim. líq.	27.417	25.047	35.418	54.483	-	-	-	-	-	-	-
<b>Diretoria</b>											
Roberta Bertin Barros			Rubia Bertin Diniz Junqueira								
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1			Renato Prado Bertin								
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.											

Vertis Participações S.A.											
CNPJ nº 12.881.125/0001-57 - NIRE 35300509684											
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2016 E 2015 (Valores expressos em Reais – R\$)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	2016	2015	2016	2015					2016	2015	
Circulante	3.319	2.496	13.206	12.546	6.473	(1.231)	(28.693)	(23.451)	25.534	(4.484)	(12.108)
Caixa e equivalentes de caixa	1.484	1.531	9.354	7.409	-	-	(7.624)	(7.624)	(4.484)	(12.108)	(22.889)
Contas a receber de clientes	-	-	69	1.348	-	-	-	(9.237)	(22.889)	(32.126)	(32.126)
Estoques	-	-	11	1.041	-	-	-	-	(1.839)	(42.151)	(11.892)
Adiantamentos a fornecedores	1.800	961	2.781	2.078	-	-	-	-	(303)	(303)	21.561
Impostos a recuperar	35	4	697	424	6.473	(10.468)	(36.620)	(40.615)	8.133	(32.482)	21.561
Despesas antecipadas	-	-	37	47	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	257	199	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	35.629	24.921	28.873	22.872	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	29.053	18.343	27.920	20.711	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	29.053	18.343	27.920	20.711	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	6.576	6.578	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	846	1.827	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	107	334	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	38.948	27.417	42.079	35.418	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>											
Circulante	28	30	1.155	998	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	8	28	708	300	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	237	211	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	20	2	101	41	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	109	446	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	79.535	67.699	73.406	76.571	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	74.281	62.445	73.406	76.571	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda de invest.	5.254	5.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	79.563	67.729	74.561	77.569	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	(40.615)	(40.312)	(32.482)	(42.151)	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	6.473	6.473	6.473	6.473	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(10.468)	(10.468)	(10.468)	(10.468)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(36.620)	(36.317)	(36.620)	(36.317)	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	8.133	(1.839)	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	38.948	27.417	42.079	35.418	-	-	-	-	-	-	-
<b>Diretoria</b>											
Roberta Bertin Barros			Rubia Bertin Diniz Junqueira								
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1			Renato Prado Bertin								
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.											

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**

**Vertis Participações S.A.**  
CNPJ nº 12.881.125/0001-57 - NIRE 35300509684

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2017 E 2016 (Valores expressos em Reais – R\$)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	2017	2016	2017	2016					2017	2016	
Circulante	4.831	3.319	17.874	13.206	6.473	(10.468)	(36.317)	(40.312)	(1.839)	(11.892)	(42.151)
Caixa e equivalentes de caixa	2.993	1.484	15.021	9.354	-	-	(303)	(303)	-	(11.589)	(11.892)
Contas a receber de clientes	-	-	655	69	-	-	-	-	-	21.561	21.561
Estoques	-	-	-	11	-	-	-	-	-	8.133	(32.482)
Adiantamentos a fornecedores	1.800	1.800	1.800	2.781	-	-	-	-	-	(9.073)	(9.609)
Impostos a recuperar	38	35	143	697	6.473	(10.468)	(36.620)	(40.615)	-	7.783	7.783
Despesas antecipadas	-	-	-	37	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	255	257	-	-	-	-	-	6.843	(34.308)
Não circulante	40.902	35.629	34.965	28.873	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	34.324	29.053	34.202	27.920	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	34.324	29.053	34.202	27.920	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	6.578	6.576	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	669	846	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	94	107	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	45.733	38.948	52.839	42.079	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>											
Circulante	43	28	5.442	1.155	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	29	8	559	708	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	244	237	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	12	20	176	101	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	103	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasse a conveniados	-	-	4.246	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	2	-	114	109	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	86.841	79.535	81.705	73.406	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	81.587	74.281	81.617	73.406	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda de investimentos	5.254	5.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	-	-	88	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	86.884	79.563	87.147	74.561	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	(41.151)	(40.615)	(34.308)	(32.482)	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	6.473	6.473	6.473	6.473	-	-	-	-	-	-	-
Outros result. abrangentes	(10.468)	(10.468)	(10.468)	(10.468)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(37.156)	(36.620)	(37.156)	(36.620)	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	6.843	8.133	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrim. liq.	45.733	38.948	52.839	42.079	-	-	-	-	-	-	-

**Diretoria**  
Roberta Bertin Barros      Rubia Bertin Diniz Junqueira  
Renato Prado Bertin  
Evertton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1  
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

**Vertis Participações S.A.**  
CNPJ nº 12.881.125/0001-57 - NIRE 35300509684

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2018 E 2017 (Valores expressos em Reais – R\$)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	2018	2017	2018	2017					2018	2017	
Circulante	1.918	4.831	64.050	17.874	6.473	(10.468)	(36.620)	(40.615)	8.133	(11.892)	(32.482)
Caixa e equivalentes de caixa	80	2.993	16.493	15.021	-	-	(536)	(536)	(9.073)	(9.073)	(9.609)
Contas a receber de clientes	-	-	45.461	655	-	-	-	-	-	7.783	7.783
Adiantamentos a fornecedores	1.800	1.800	1.806	1.800	-	-	-	-	-	6.843	(34.308)
Impostos a recuperar	38	38	240	143	-	-	-	-	-	(6.304)	(6.956)
Despesas antecipadas	-	-	8	-	-	-	-	-	-	2.920	2.920
Outros ativos	-	-	42	255	-	-	-	-	-	3.459	(38.344)
Não circulante	45.600	40.902	38.253	34.965	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	39.022	34.324	37.557	34.202	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	39.022	34.324	37.412	34.202	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	145	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	6.578	6.578	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	672	669	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	24	94	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	47.518	45.733	102.303	52.839	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>											
Circulante	49	43	56.446	5.442	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	32	29	414	559	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	346	244	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	14	12	105	176	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	103	-	-	-	-	-	-	-
Repasse a conveniados	-	-	55.445	4.246	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	3	2	125	114	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	89.272	86.841	84.201	81.705	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	84.018	81.587	84.018	81.617	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda de invest.	5.254	5.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	-	-	183	88	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	89.321	86.884	140.647	87.147	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	(41.803)	(41.151)	(38.344)	(34.308)	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	6.473	6.473	6.473	6.473	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(10.468)	(10.468)	(10.468)	(10.468)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(37.808)	(37.156)	(37.808)	(37.156)	-	-	-	-	-	-	-
Particip. dos acionistas não controladores	-	-	3.459	6.843	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrim. liq.	47.518	45.733	102.303	52.839	-	-	-	-	-	-	-

**Diretoria**  
Roberta Bertin Barros      Rubia Bertin Diniz Junqueira  
Renato Prado Bertin  
Evertton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1  
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



BRDOCS



Vertis Participações S.A.											
CNPJ nº 12.881.125/0001-57 - NIRE 35300509684											
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais - R\$)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	2019	2018	2019	2018					2019	2018	
Circulante	1.871	1.918	103.778	64.050	6.473	(10.468)	(37.156)	(41.151)	6.843	(8)	(34.308)
Caixa e equivalentes de caixa	66	80	30.440	16.493	-	-	(652)	(652)	(6.304)	(4.036)	-
Contas a receber de clientes	-	-	71.005	45.461	-	-	-	-	2.920	-	-
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.800	1.800	1.800	1.806	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	5	38	431	240	6.473	(10.468)	(37.808)	(41.803)	3.459	(38.344)	-
Despesas antecipadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.545)	(3.322)	-
Outros ativos	-	-	46	42	-	-	-	-	(3.321)	(3.322)	-
Não circulante	45.600	45.600	39.984	38.253	-	-	-	-	(2.407)	(44.998)	-
Realizável a longo prazo	39.022	39.022	39.244	37.557	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	39.022	39.022	39.022	37.412	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	222	145	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	6.578	6.578	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	719	672	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	21	24	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	47.471	47.518	143.762	102.303	6.473	(10.438)	(38.626)	(42.591)	(2.407)	(44.998)	-
<b>Passivo</b>											
Circulante	21	49	103.831	56.446	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	17	32	990	414	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	286	346	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	3	14	419	105	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Repassa a conveniados	-	-	101.932	55.445	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	1	3	204	125	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	90.041	89.272	84.929	84.201	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	84.787	84.018	84.787	84.018	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda de invest.	5.254	5.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	-	-	142	183	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	90.062	89.321	188.760	140.647	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	-	-	6.473	6.473	6.473	6.473	-	-	-
Capital social	6.473	6.473	6.473	6.473	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(10.438)	(10.468)	(10.438)	(10.468)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(38.626)	(37.808)	(38.626)	(37.808)	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(2.407)	3.459	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	(42.591)	(41.803)	(44.998)	(38.344)	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrim. liq.	47.471	47.518	143.762	102.303	-	-	-	-	-	-	-
<b>Diretoria</b>											
Roberta Bertin Barros      Rubia Bertin Diniz Junqueira											
Renato Prado Bertin											
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1											
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.											

Vertis Participações S.A.											
CNPJ nº 12.881.125/0001-57 - NIRE 35300509684											
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2020 E 2019 (Valores expressos em Reais - R\$)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	2020	2019	2020	2019					2020	2019	
Circulante	1.868	1.871	112.110	103.778	6.473	(10.468)	(37.808)	(41.803)	3.459	(8)	(38.344)
Caixa e equivalentes de caixa	67	66	32.919	30.440	-	-	(787)	(787)	(2.545)	(3.322)	-
Contas a receber de clientes	-	-	77.067	71.005	-	-	(31)	(1)	(3.321)	(3.322)	-
Adiantamentos a fornecedores	1.800	1.800	1.800	1.800	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	1	5	292	431	6.473	(10.438)	(38.626)	(42.591)	(2.407)	(44.998)	-
Despesas antecipadas	-	-	25	56	-	-	(354)	(354)	1.128	774	-
Outros ativos	-	-	7	46	-	-	-	-	(2.984)	(2.984)	-
Não circulante	45.600	45.600	41.096	39.984	-	-	-	-	(4.263)	(47.208)	-
Realizável a longo prazo	39.022	39.022	40.288	39.244	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	39.022	39.022	39.974	39.022	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	314	222	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	6.578	6.578	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	770	719	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	38	21	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	47.468	47.471	153.206	143.762	6.473	(10.438)	(38.950)	(42.945)	(2.407)	(47.208)	-
<b>Passivo</b>											
Circulante	34	21	115.098	103.831	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	33	17	795	990	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	521	286	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	1	3	235	419	-	-	-	-	-	-	-
Repassa a conveniados	-	-	113.460	101.932	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	1	77	204	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	90.379	90.041	85.316	84.929	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	85.125	84.787	85.125	84.787	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda de investimentos	5.254	5.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	-	-	141	142	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	90.413	90.062	200.414	188.760	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	-	-	6.473	6.473	6.473	6.473	-	-	-
Capital social	6.473	6.473	6.473	6.473	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(10.468)	(10.438)	(10.468)	(10.438)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(38.950)	(38.626)	(38.950)	(38.626)	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(4.263)	(2.407)	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	(42.945)	(42.591)	(47.208)	(44.998)	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrim. liq.	47.468	47.471	153.206	143.762	-	-	-	-	-	-	-
<b>Diretoria</b>											
Roberta Bertin Barros      Rubia Bertin Diniz Junqueira											
Renato Prado Bertin											
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1											
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.											

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



BRDOCS

**Vertis Participações S.A.**  
CNPJ nº 12.881.125/0001-57 - NIRE 35300509684

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2021 E 2020 (Valores expressos em Reais – R\$)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores		Total	
	2021	2020	2021	2020					2021	2020		2021
Circulante	1.042	1.868	98.976	112.110	6.473	(10.438)	(38.626)	(42.591)	(2.407)	(44.998)	1.128	774
Caixa e equivalentes de caixa	66	67	30.955	32.919	-	-	(354)	(354)	-	-	(2.984)	(2.984)
Contas a receber de clientes	-	-	66.839	77.067	-	(30)	30	-	-	-	(4.263)	(4.208)
Adiantamentos a fornecedores	960	1.800	960	1.800	6.473	(10.468)	(38.950)	(42.945)	-	-	(268)	378
Impostos a recuperar	16	1	192	292	-	-	646	646	-	-	2.484	(24.512)
Despesas antecipadas	-	-	30	25	-	-	(26.996)	(26.996)	-	-	(2.047)	(71.342)
Outros ativos	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	12.532	45.600	14.875	41.096	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	12.770	39.022	14.061	40.288	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	12.770	39.022	13.745	39.974	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	316	314	-	-	-	-	-	-	(2.193)	342
Investimento	(238)	6.578	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	779	770	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	35	38	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	13.574	47.468	113.851	153.206	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>												
Circulante	17	34	102.153	115.098	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	16	33	833	795	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	403	521	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	1	1	119	235	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasse a conveniados	-	-	100.732	113.460	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	56	77	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	82.852	90.379	83.040	85.316	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	82.852	85.125	82.852	85.125	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda de investimentos	-	5.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	40	50	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	-	-	148	141	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	82.869	90.413	185.193	200.414	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	(69.295)	(42.945)	(71.342)	(47.208)	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	6.473	6.473	6.473	6.473	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(10.468)	(10.468)	(10.468)	(10.468)	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(65.300)	(38.950)	(65.300)	(38.950)	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(2.047)	(4.263)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	13.574	47.468	113.851	153.206	-	-	-	-	-	-	-	-

**Diretoria**  
Roberta Bertin Barros      Rubia Bertin Diniz Junqueira  
Renato Prado Bertin  
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1

As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

**Voster Participações Societárias S.A.**  
CNPJ nº 17.282.924/0001-20 - NIRE 35300447115

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2015 E 2014 (Valores expressos em Reais – R\$)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	2015	2014	2015	2014					2015	2014	
Circulante	82	793	18.204	19.699	10	2	12.457	12.469	-	-	12.469
Caixa e equivalentes de caixa	10	737	13	901	-	-	(786)	(786)	-	-	2 (784)
Aplicações financeiras	-	-	2.746	888	-	-	-	-	-	-	2 11.685
Contas a receber de clientes	-	-	12.024	14.506	10	2	11.671	11.683	-	-	(1) (1.888)
Estoques	-	-	2.034	2.034	-	-	(1.887)	(1.887)	-	-	(319) (320)
Adiantamentos a fornecedores	50	50	1.310	1.312	-	-	(1)	(1)	-	-	(318) 9.477
Impostos a recuperar	22	6	75	53	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	2	5	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	86.636	70.286	120.939	54.331	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	-	-	52.533	2.949	-	-	(94)	1.103	-	-	-
Outros ativos não circulante	-	-	469	289	-	-	(451)	(844)	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	52.064	2.660	-	-	(545)	259	-	-	-
Investimento	20.051	20.817	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	66.585	49.469	68.406	51.382	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	86.718	71.079	139.143	74.030	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>											
Circulante	35.685	18.158	88.321	21.000	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	66	-	67	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	498	1.048	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	12	87	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	4	-	32	48	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	1.639	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	35.615	18.158	87.692	18.158	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	20	20	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	41.238	41.238	41.345	41.345	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	41.238	41.238	41.345	41.345	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	76.923	59.396	129.666	62.345	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	9.795	11.683	9.477	11.685	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Lucros acumulados	9.783	11.671	9.783	11.671	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(318)	2	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	86.718	71.079	139.143	74.030	-	-	-	-	-	-	-

**Diretoria**  
Roberta Bertin Barros      Rubia Bertin Diniz Junqueira  
Renato Prado Bertin  
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1

As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



BRDOCS





**Voster Participações Societárias S.A.**  
CNPJ nº 17.282.924/0001-20 - NIRE 35300447115

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2016 E 2015 (Valores expressos em Reais – R\$)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	2016	2015	2016	2015					2016	2015	
Circulante	212	82	16.399	18.204	10	2	11.671	11.683	-	-	11.683
Caixa e equivalentes de caixa	103	10	648	13	-	-	(1.887)	(1.887)	(1)	(1)	(1.888)
Aplicações financeiras	-	-	57	2.746	-	-	(1)	(1)	(317)	(317)	(319)
Contas a receber de clientes	-	-	9.340	12.024	10	2	9.783	9.795	(318)	(318)	9.477
Estoques	-	-	2.034	2.034	-	-	(1.445)	(1.445)	(356)	(356)	(1.801)
Adiantamentos a fornecedores	50	50	3.479	1.310	-	-	767	767	(765)	(765)	2
Impostos a recuperar	22	22	108	75	10	2	9.105	9.117	(1.439)	(1.439)	7.678
Outros ativos	37	-	733	2	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	89.934	86.636	126.614	120.939	-	-	-	-	(37)	(16)	(408)
Realizável a longo prazo	-	-	55.767	52.533	-	-	(98)	(94)	-	-	-
Outros ativos não circulante	-	-	628	469	-	-	(117)	(451)	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	55.139	52.064	-	-	(215)	(545)	-	-	-
Investimento	20.817	20.051	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	69.117	66.585	70.847	68.406	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	90.146	86.718	143.013	139.143	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>											
Circulante	39.728	35.685	93.927	88.321	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	-	66	182	67	-	-	68	330	209	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	507	498	-	-	(3)	(1.449)	(12)	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	37	12	-	-	(1.445)	(1.887)	(1.699)	(1.812)	-
Impostos e contribuições a recolher	-	4	-	32	-	-	-	(102)	(76)	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-	(1.445)	(1.887)	(1.801)	(1.888)	-
Partes relacionadas	39.728	35.615	93.181	87.692	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	20	20	-	-	(1.445)	(1.887)	-	-	-
Não circulante	41.301	41.238	41.408	41.345	-	-	(356)	(1)	-	-	-
Partes relacionadas	41.301	41.238	41.408	41.345	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	81.029	76.923	135.335	129.666	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	9.117	9.795	7.678	9.477	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Lucros acumulados	9.105	9.783	9.105	9.783	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(1.439)	(318)	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	90.146	86.718	143.013	139.143	-	-	-	-	-	-	-

**Diretoria**  
**Roberta Bertin Barros**      **Rubia Bertin Diniz Junqueira**  
**Renato Prado Bertin**  
**Everton Rodrigues Marcelino** - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1  
 As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

**Voster Participações Societárias S.A.**  
CNPJ nº 17.282.924/0001-20 - NIRE 35300447115

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2017 E 2016 (Valores expressos em Reais – R\$)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores		Total
	2017	2016	2017	2016					2017	2016	
Circulante	119	212	15.408	16.399	10	2	9.783	9.795	(318)	(318)	9.477
Caixa e equivalentes de caixa	10	103	64	648	-	-	(1.445)	(1.445)	(356)	(356)	(1.801)
Aplicações financeiras	-	-	57	2.746	-	-	767	767	(765)	(765)	2
Contas a receber de clientes	-	-	7.087	9.340	10	2	9.105	9.117	(1.439)	(1.439)	7.678
Estoques	-	-	2.034	2.034	-	-	(612)	(664)	(52)	(52)	(664)
Adiantamentos a fornecedores	50	50	5.170	3.479	-	-	-	-	(671)	(671)	-
Impostos a recuperar	22	22	111	108	10	2	8.493	8.505	(2.162)	(2.162)	6.343
Outros ativos	37	37	942	733	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	89.934	89.934	126.867	126.614	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	-	-	56.067	55.767	-	-	(14)	(98)	-	-	-
Outros ativos não circulante	-	-	666	628	-	-	(26)	(117)	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	55.401	55.139	-	-	(40)	(215)	-	-	-
Investimento	20.817	20.817	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	69.117	69.117	70.800	70.847	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	90.053	90.146	142.275	143.013	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>											
Circulante	40.214	39.728	94.491	93.927	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	147	-	331	182	-	-	22	330	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	500	507	-	-	(23)	(1.445)	(24)	(1.449)	-
Salários e encargos sociais	-	-	13	37	-	-	(612)	(1.445)	(650)	(1.699)	-
Impostos e contribuições a recolher	-	-	18	-	-	-	-	(14)	(102)	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-	(612)	(1.445)	(664)	(1.801)	-
Partes relacionadas	40.067	39.728	93.629	93.181	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	20	20	-	-	(612)	(1.445)	-	-	-
Não circulante	41.334	41.301	41.441	41.408	-	-	(52)	(356)	-	-	-
Partes relacionadas	41.308	41.301	41.415	41.408	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	26	-	26	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	81.548	81.029	135.932	135.335	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	8.505	9.117	6.343	7.678	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Lucros acumulados	8.493	9.105	8.493	9.105	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(2.162)	(1.439)	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	90.053	90.146	142.275	143.013	-	-	-	-	-	-	-

**Diretoria**  
**Roberta Bertin Barros**      **Rubia Bertin Diniz Junqueira**  
**Renato Prado Bertin**  
**Everton Rodrigues Marcelino** - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1  
 As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Documento assinado e certificado digitalmente  
 Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**

Voster Participações Societárias S.A.																						
CNPJ nº 17.282.924/0001-20 - NIRE 35300447115																						
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2018 E 2017 (Valores expressos em Reais - R\$)																						
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO																		
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores		Total											
	2018	2017	2018	2017					2018	2017		2018	2017									
Circulante	118	119	13.793	15.408	10	2	9.105	9.117	(1.439)	(1.439)	7.678											
Caixa e equivalentes de caixa	9	10	56	64	-	-	(612)	(612)	(52)	(52)	(664)											
Contas a receber de clientes	-	-	3.816	7.087	-	-	-	-	(671)	(671)	(671)											
Estoques	-	-	2.034	2.034	-	-	-	-	-	-	-											
Adiantamentos a fornecedores	50	50	6.096	5.170	-	-	-	-	(2.343)	(2.343)	(2.382)											
Impostos a recuperar	22	22	112	111	-	-	(1)	(1)	(1)	(1)	(2)											
Outros ativos	37	37	1.679	942	-	-	-	-	(1)	(1)	(2)											
Não circulante	89.934	89.934	126.797	126.867	10	2	8.493	8.505	(4.506)	(4.506)	3.959											
Realizável a longo prazo	-	-	56.090	56.067	-	-	-	-	-	-	-											
Outros ativos não circulante	-	-	671	666	-	-	-	-	-	-	-											
Partes relacionadas	-	-	55.419	55.401	-	-	-	-	-	-	-											
Investimento	20.817	20.817	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
Imobilizado	69.117	69.117	70.707	70.800	-	-	-	-	-	-	-											
Total do ativo	90.052	90.053	140.590	142.275	-	-	-	-	-	-	-											
Passivo				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO																		
Circulante	Controladora		Consolidado		Receita operacional líquida	Custo dos produtos vendidos	Resultado bruto	Despesas administrativas e gerais	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	IRPJ e CSLL	Prejuízo do exercício	Atribuível aos:	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017														2018	2017	2018	2017	2018
Contas a pagar a fornecedores	146	147	335	331	-	-	78	(40)	(39)	(589)	(55)	(648)	-	-	-	-	-	-	(2)	147	3	149
Empréstimos e financiamentos	-	-	757	500	-	-	(23)	(2.405)	(24)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(24)
Salários e encargos sociais	-	-	5	13	-	-	(39)	(612)	(2.313)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	18
Impostos e contribuições a recolher	-	-	15	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	409
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	409
Partes relacionadas	40.067	40.067	94.038	93.629	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Outros passivos	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	409
Não circulante	41.575	41.374	41.682	41.481	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Partes relacionadas	41.549	41.348	41.656	41.455	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Provisão para contingência	26	26	26	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Total do passivo	81.587	81.548	136.631	135.932	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Patrimônio líquido	8.465	8.505	3.959	6.343	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Capital social	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Outros resultados abrangentes	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Lucros acumulados	8.453	8.493	8.453	8.493	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(4.506)	(2.162)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Total do passivo e patrimônio líquido	90.052	90.053	140.590	142.275	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Diretoria																						
Roberta Bertin Barros			Rubia Bertin Diniz Junqueira																			
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1			Renato Prado Bertin																			
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.																						

Voster Participações Societárias S.A.																							
CNPJ nº 17.282.924/0001-20 - NIRE 35300447115																							
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais - R\$)																							
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO																			
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores		Total												
	2019	2018	2019	2018					2019	2018		2019	2018										
Circulante	118	118	13.081	13.793	10	2	8.493	8.505	(2.162)	(2.162)	6.343												
Caixa e equivalentes de caixa	9	9	114	56	-	-	(39)	(39)	(2.343)	(2.343)	(2.382)												
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	(1)	(1)	(2)												
Contas a receber de clientes	-	-	2.779	3.816	-	-	-	-	-	-	-												
Estoques	-	-	2.034	2.034	-	-	-	-	-	-	-												
Adiantamentos a fornecedores	50	50	6.333	6.096	-	-	-	-	-	-	-												
Impostos a recuperar	22	22	112	112	-	-	(201)	(201)	(171)	(171)	(372)												
Outros ativos	37	37	1.709	1.679	-	-	-	-	(627)	(627)	(627)												
Não circulante	89.934	89.934	126.716	126.797	10	2	8.252	8.264	(5.304)	(5.304)	2.960												
Realizável a longo prazo	-	-	56.101	56.090	-	-	-	-	-	-	-												
Outros ativos não circulante	-	-	682	671	-	-	-	-	-	-	-												
Partes relacionadas	-	-	55.419	55.419	-	-	-	-	-	-	-												
Investimento	20.817	20.817	-	-	-	-	-	-	-	-	-												
Imobilizado	69.117	69.117	70.615	70.707	-	-	-	-	-	-	-												
Total do ativo	90.052	90.052	139.797	140.590	-	-	-	-	-	-	-												
Passivo				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO																			
Circulante	Controladora		Consolidado		Receita operacional líquida	Custo dos produtos vendidos	Resultado bruto	Despesas comerciais	Despesas administrativas e gerais	Resultado de equivalência patrimonial	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	IRPJ e CSLL	Prejuízo do exercício	Atribuível aos:	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018																2019	2018	2019	2018
Contas a pagar a fornecedores	146	146	346	335	-	-	(6)	220	(201)	(39)	(238)	(133)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	11	3
Empréstimos e financiamentos	-	-	757	757	-	-	(128)	(142)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(8)
Salários e encargos sociais	-	-	4	5	-	-	(134)	78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(3)
Impostos e contribuições a recolher	-	-	7	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	409
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201
Partes relacionadas	40.067	40.067	94.038	94.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
Outros passivos	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201
Não circulante	41.575	41.374	41.682	41.481	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38
Partes relacionadas	41.549	41.348	41.656	41.455	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206
Provisão para contingência	26	26	26	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206
Total do passivo	81.788	81.587	136.837	136.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206
Patrimônio líquido	8.264	8.465	2.960	3.959	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206
Capital social	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206
Outros resultados abrangentes	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206
Lucros acumulados	8.252	8.453	8.252	8.453	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(5.304)	(4.506)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206
Total do passivo e patrimônio líquido	90.052	90.052	139.797	140.590	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206
Diretoria																							
Roberta Bertin Barros			Rubia Bertin Diniz Junqueira																				
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1			Renato Prado Bertin																				
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.																							

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



BRDOCS

## Voster Participações Societárias S.A.

CNPJ nº 17.282.924/0001-20 - NIRE 35300447115

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2020 E 2019 (Valores expressos em Reais – R\$)										
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	2020	2019	2020	2019						
Circulante	189	118	17.821	13.081	10	2	8.453	8.465	(4.506)	3.959
Caixa e equivalentes de caixa	9	9	780	114	-	-	(201)	(201)	(171)	(372)
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	(627)	(627)
Contas a receber de clientes	37	-	2.150	2.779	-	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	2.034	2.034	-	-	-	-	(6)	(174)
Adiantamentos a fornecedores	121	50	10.009	6.333	-	-	-	-	(253)	(253)
Impostos a recuperar	22	22	112	112	-	-	-	-	(5.563)	(5.563)
Outros ativos	-	37	2.736	1.709	-	-	-	-	-	-
Não circulante	89.934	89.934	123.050	126.716	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	-	-	52.528	56.101	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulante	-	-	672	682	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	51.856	55.419	-	-	-	-	(1.017)	(78)
Investimento	20.817	20.817	-	-	-	-	-	-	(388)	759
Imobilizado	69.117	69.117	70.522	70.615	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	90.123	90.052	140.871	139.797	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>										
Circulante	40.213	40.213	96.417	95.155	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	146	146	331	346	-	-	-	-	1	(14)
Empréstimos e financiamentos	-	-	500	757	-	-	-	-	-	(2)
Salários e encargos sociais	-	-	2	4	-	-	-	-	-	(14)
Impostos e contribuições a recolher	-	-	21	7	-	-	-	-	-	1.525
Adiantamentos de clientes	-	-	55.496	-	-	-	-	-	(121)	201
Partes relacionadas	40.067	40.067	40.067	94.038	-	-	-	-	201	(163)
Outros passivos	-	-	-	3	-	-	-	-	-	(3)
Não circulante	41.814	41.575	41.921	41.682	-	-	-	-	(120)	201
Partes relacionadas	41.500	41.549	41.607	41.656	-	-	-	-	-	830
Provisão para contingência	314	26	314	26	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	82.027	81.788	138.338	136.837	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	8.096	8.264	2.533	2.960	-	-	-	-	-	-
Capital social	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Lucros acumulados	8.084	8.252	8.084	8.252	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(5.563)	(5.304)	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio liq.	90.123	90.052	140.871	139.797	-	-	-	-	-	-
<b>Diretoria</b>										
Roberta Bertin Barros		Rubia Bertin Diniz Junqueira								
				Renato Prado Bertin						
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1										
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.										

## Voster Participações Societárias S.A.

CNPJ nº 17.282.924/0001-20 - NIRE 35300447115

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2021 E 2020 (Valores expressos em Reais – R\$)										
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	2021	2020	2021	2020						
Circulante	275	189	18.158	17.821	10	2	8.252	8.264	(5.304)	2.960
Caixa e equivalentes de caixa	9	9	55	780	-	-	(168)	(168)	(6)	(174)
Contas a receber de clientes	-	-	2.313	2.150	-	-	-	-	-	(253)
Estoques	-	-	2.009	2.034	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	266	121	9.516	10.009	-	-	-	-	(415)	(1.363)
Impostos a recuperar	-	22	89	112	-	-	-	-	-	(2)
Outros ativos	-	-	4.176	2.736	-	-	-	-	-	327
Não circulante	114.341	89.934	149.004	123.050	10	2	7.996	8.008	(6.928)	1.080
Realizável a longo prazo	3.014	-	55.538	52.528	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulante	3.014	-	3.682	672	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	51.856	51.856	-	-	-	-	-	-
Investimento	20.817	20.817	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	90.510	69.117	93.466	70.522	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	114.616	90.123	167.162	140.871	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>										
Circulante	40.229	40.213	99.596	96.417	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	162	146	407	331	-	-	-	-	24.990	1
Empréstimos e financiamentos	-	-	504	500	-	-	-	-	-	3
Salários e encargos sociais	-	-	5	2	-	-	-	-	-	(14)
Impostos e contribuições a recolher	-	-	7	21	-	-	-	-	-	1.525
Adiantamentos de clientes	-	-	55.496	-	-	-	-	-	(240)	(121)
Partes relacionadas	40.067	40.067	98.673	40.067	-	-	-	-	120	27.900
Não circulante	66.379	41.814	66.486	41.921	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores	24.975	-	24.975	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	41.404	41.500	41.511	41.607	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	-	314	-	314	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	106.608	82.027	166.082	138.338	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	8.008	8.096	1.080	2.533	-	-	-	-	-	-
Capital social	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Lucros acumulados	7.996	8.084	7.996	8.084	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(6.928)	(5.563)	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	114.616	90.123	167.162	140.871	-	-	-	-	-	-
<b>Diretoria</b>										
Roberta Bertin Barros		Rubia Bertin Diniz Junqueira								
				Renato Prado Bertin						
Everton Rodrigues Marcelino - Contador - CRC nº 1SP289254/O-1										
As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.										

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



BRDOCS



## H.I.M. Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/MF nº 22.182.254/0001-00 – NIRE 35.300.477.219  
Ata das Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária realizadas no dia 06 de janeiro de 2023

**Data, Hora e Local:** Em 06 de janeiro de 2023, às 10 horas, na sede social da H.I.M. Empreendimentos e Participações S.A. localizada na Rua Deputado Laércio Corte, nº 51 – Parte, Paraíso do Morumbi, CEP 05706-290, nesta Capital do Estado de São Paulo. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia pela imprensa, conforme faculta o § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e consoante assinaturas no respectivo Livro de Presença de Acionistas. **Livro de Presença:** Instalaram-se as Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária em primeira convocação, reunindo-se os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Ana Carolina Lopes Melchet, Diretora Presidente que convidou a mim, Nivaldo França, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia: I – Assembleia Geral Ordinária:** a) Leitura, apreciação, discussão e votação do relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras, relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021; b) aprovação da proposta da Administração da Companhia a respeito da destinação do resultado dos referidos exercícios sociais; **II – Assembleia Geral Extraordinária:** Deliberar sobre a completa reforma do estatuto social da Companhia para dar nova estrutura de Capítulos e respectivos artigos, criando novos artigos e dando-lhes nova redação, a saber: (a) dar nova redação ao título do contido no Capítulo I que trata da "Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto" Artigos 1º ao 4º excluindo deste o artigo 2º que dispõe sobre o objeto social, o qual deverá ser tratado em Capítulo específico do Estatuto Social consolidado, bem como alterar o endereço da sede para Rua Tucumã, nº 365, 3º andar, Jardim Europa, Município de São Paulo/SP, CEP 01455-010; (b) alterar o título do Capítulo II que dispõe sobre "Capital Social e Ações", contendo o artigo 5º, parágrafos 1º ao 3º, promovendo a atualização do capital social para R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais), tendo em vista o aumento aprovado na AGO/AGE de 31/10/2017 e registrada na JUCESP sob nº 578.232/17-0 sessão de 22/12/2017, bem como a condição de que a sociedade poder adquirir suas próprias ações e a criação de outras espécies e classes de ações e emissão de debêntures e para nele constar que as ações ordinárias nominativas são "sem a emissão de certificado e sem valor nominal"; (c) Alterar o Capítulo III – Assembleia Geral, artigos 6º a 9º promovendo alteração de ordem redacional e estrutural; (d) Alterar o Capítulo IV que dispõe sobre a "Administração da Sociedade, artigos 10º, parágrafo 1º ao 3º, artigo 11º parágrafo 1º e 2º e artigos 12º ao 14º, promovendo a elevação do número de membros da Diretoria, as designações e atribuições da Diretoria, à Representação Ativa e Passiva da companhia, aos Mandatários "ad negocia" e "ad iudicia" e, bem como demais alterações necessárias; (e) criar um Conselho Fiscal; (f) Alterar o Capítulo V que dispõe sobre Exercício Social, Balanço e Resultados, artigos 15º, 16º parágrafos 1º ao 3º; artigo 17º parágrafo único e artigo 18º de forma a melhor dispor sobre o assunto, em especial no tocante à destinação do resultado apurado em cada exercício social, distribuição de dividendos aos acionistas e pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio; (g) Criar Capítulo específico para tratar sobre a transformação da sociedade; (h) Alterar o Capítulo VI que dispõe sobre "Liquidação", artigo 19º e seu parágrafo único, de forma a dispor também sobre a liquidação e dissolução da sociedade; (i) Alterar o título do Capítulo VII que dispõe "Disposições Gerais", artigos 20º e 21º; (j) Em decorrência das alterações citadas nos itens precedentes consolidar o Estatuto Social; (iii) Eleição de novo administrador em face da ampliação do quadro da Diretoria; e (iv) Demais assuntos de interesse da sociedade. O Secretário atendendo a solicitação da Presidência procedeu à leitura da Ordem do Dia aos acionistas presentes. **Deliberações por Unanimidade de Votos:** Após a apreciação e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, resolveram os acionistas, por unanimidade e sem qualquer restrição, aprovar na sua íntegra o seguinte: **I – Assembleia Geral Ordinária:** **Itens a) e b) da Ordem do Dia:** Os acionistas, por unanimidade, aprovaram sem quaisquer restrições os aludidos documentos, os quais, em observância ao disposto no art. 289 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 13.818/2019, foram publicados dia 07/12/2022 no jornal Data Digital, nas versões impressa e digital, nos cadernos Publicidade Legal, fis. 07 e Publicações Legais pg. 01, respectivamente, e deliberaram o quanto segue: **i)** relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2020 em face do prejuízo líquido apurado no valor de R\$ 1.641.744,55 (um milhão, seiscentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), não houve destinação para Reserva Legal, sendo referido prejuízo transferido para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, prejuízo este que, somado ao prejuízo anterior de R\$ 14.863,97 (quatorze mil, oitocentos e sessenta e três reais e novecentos e sete centavos), remanesceu na referida conta o saldo de prejuízo acumulado no valor de R\$ 1.656.608,52 (Um milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oito reais e cinquenta e dois centavos); **ii)** quanto ao exercício social encerrado em 31/12/2021 também aprovada a destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 2.645.535,08 (Dois milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oito centavos), para reserva legal o valor de R\$ 132.276,75 (cento e trinta e dois mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos) e R\$ 2.513.258,33 (Dois milhões, quinhentos e treze mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos) para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados remanescendo nessa conta o lucro acumulado de R\$ 856.649,81 (oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos), deliberando, ainda, os acionistas pela não distribuição de dividendos. **II – Assembleia Geral**

**Extraordinária:** Após as discussões relativas às matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas leram e aprovaram, artigo por artigo do novo Estatuto Social e, por unanimidade, aprovaram as matérias objeto da ordem do dia – item (ii), subitens "a" a "h". Também, por unanimidade aprovaram a consolidação do Estatuto Social objeto do item (ii) da ordem do dia, para que nele se faça constar as alterações ora deliberadas, bem como todas as demais modificações de ordem estrutural e redacional consideradas necessárias, cujo texto passa a vigorar como segue: **Estatuto Social – H.I.M. Empreendimentos e Participações S.A.:** **Capítulo I – Denominação, Sede e Duração Artigo 1º.** A H.I.M. Empreendimentos e Participações S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima fechada, que se regerá por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares em vigor, que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tucumã, nº 365, 3º andar, Jardim Europa, Município de São Paulo/SP, CEP 01455-010 e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, manter e fechar escritórios, dependências, agências ou filiais, em qualquer parte do território nacional ou exterior, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor. **Artigo 3º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II – Do Objeto – Artigo 4º.** A sociedade tem por objeto social principal participar do capital de outras sociedade e, como objeto secundário, realizar a locação ou a compra e venda de imóveis próprios, podendo, inclusive, utilizá-los para fins de incorporação no capital de outras empresas visando a consecução de seu objetivo principal. **Capítulo III – Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), representado por 76.000 (setenta e seis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e sem a emissão de certificados. **Artigo 6º.** Nas deliberações da Assembleia Geral, cada ação dará direito a um voto. **Artigo 7º.** A sociedade poderá, por deliberação em Assembleia Geral, adquirir as próprias ações com a finalidade de mantê-las em tesouraria para posterior venda ou cancelamento. **Artigo 8º.** A sociedade poderá criar, mediante deliberação da Assembleia Geral, outras espécies e classes de ações, bem como emitir debêntures. **Capítulo IV – Assembleia Geral: Artigo 9º.** A Assembleia Geral, com as atribuições previstas em lei, será instalada e presidida por um dos administradores da companhia, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Parágrafo Único:** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 1976, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 3 (três) dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia. **Capítulo V – Administração: Artigo 10º.** A administração da Companhia competirá a uma Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) Diretores executivos, residentes no País, sendo um deles Diretor Presidente e os demais Diretores Executivos, sendo que um deles deverá ser necessariamente também um acionista da companhia. **Parágrafo 1º.** Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias, a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas da Diretoria; **Parágrafo 2º.** Na ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, exceto o Diretor Presidente, este indicará um membro da Diretoria para exercer, cumulativamente, as suas funções originais e as funções do Diretor ausente ou impedido durante o prazo da ausência ou impedimento; **Parágrafo 3º.** Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, os demais Diretores, em reunião de Diretoria, deliberarão entre si a escolha daquele que irá temporariamente acumular as funções da Presidência; **Parágrafo 4º.** Persistindo a ausência ou impedimento por período superior a 90 (noventa) dias, deverá ser convocada a Assembleia Geral para eleição de administrador substituto, aplicando-se idêntico procedimento no caso de vacância; **Parágrafo 5º.** O prazo de gestão da Diretoria é de 3 (três) anos, facultada a reeleição. Findo o mandato, os administradores permanecerão no exercício de seus cargos, com os respectivos mandatos estendidos, até a posse dos novos eleitos; **Parágrafo 6º.** Os Diretores em reunião de Diretoria distribuirão entre si as funções e responsabilidades; **Parágrafo 7º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global da Diretoria da Companhia. Os Administradores perceberão pró-bore e, se for o caso, participação no lucro da Companhia, cujos montantes globais estabelecidos pela Assembleia Geral serão distribuídos entre os seus membros em reunião da Diretoria específica para tal fim para maioria dos seus Diretores, com observância dos limites e condições legais. **Capítulo VI – Diretoria: Artigo 11º.** Os membros da Diretoria têm os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da instituição e à consecução do objeto social, conforme a sua respectiva área de atuação. **Parágrafo 1º.** A Companhia será representada, em suas relações externas: a) por dois membros da Diretoria, sendo um deles um Diretor acionista; ou b) por um membro da Diretoria e um Procurador com poderes especiais, constituído na forma do § 2º deste Artigo; **Parágrafo 2º.** Os mandatários "ad negocia" da Companhia serão nomeados por procuração subscrita por dois Diretores, em conjunto, com prazo de validade não superior a um ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do ato de mandato; **Parágrafo 3º.** Os mandatários "ad iudicia" da Companhia serão constituídos por procuração assinada por dois membros da Diretoria ou por um membro da Diretoria e um Procurador com poderes especiais, constituído na forma do § 2º deste Artigo, e o mandato não precisará conter prazo de duração, bem como poderá autorizar a prática de atos isolados; **Parágrafo 4º.** Nas Assembleias Gerais de sociedades de que participe, a Companhia será representada por um Diretor; **Parágrafo 5º.** Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósito da Companhia, a Companhia poderá ser representada por dois procuradores com poderes especiais, observado quanto à nomeação desses procuradores o disposto nos parágrafos anteriores; **Parágrafo 6º.** O endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia ou de títulos de crédito para cobrança simples em instituição bancária poderá ser feito por um membro da Diretoria ou um procurador nomeado com observância do disposto no § 2º deste Artigo; **Parágrafo 7º.** A Companhia poderá ser representada por

um membro da Diretoria ou um procurador com poderes especiais, perante órgãos da administração pública direta e indireta, tais como sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos. (a) em atos que não importem na criação de obrigação para a Companhia, (b) no cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e trabalhistas e (c) na preservação de seus direitos em processos administrativos; **Parágrafo 8º.** A representação ativa e passiva da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor designado pela Diretoria, o qual, inclusive, será o responsável pela designação dos prepostos, para fins de representação da Companhia perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos; **Parágrafo 9º.** Deverão ser assinados por 02 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles Diretor acionista e obrigatória a prévia autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, os documentos que se referirem a alienação ou oneração de bens pertencentes ao ativo permanente da sociedade, quando o valor desses bens ultrapassar o montante de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), atualizado anualmente pela variação do IGP-M e em atos que impliquem na participação da companhia em outras sociedades, ou mesmo em parcerias ou consórcios. **Capítulo VII – Conselho Fiscal: Artigo 12º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, com as atribuições da lei, composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes; **Parágrafo Único:** O Conselho Fiscal não funcionará permanentemente e será eleito e instalado a pedido dos acionistas ou nos casos previstos em lei. **Capítulo VIII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro: Artigo 13º.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício, e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício; **Parágrafo Único:** O lucro do exercício terá as seguintes destinações: a) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) pagamento de dividendo obrigatório; c) o saldo terá o destino que lhe for atribuído por deliberação da Assembleia. **Artigo 14º.** A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202, da Lei 6.404, de 15.12.1976, e alterações, salvo se houver deliberação em contrário pela Assembleia Geral Ordinária ou haja a incompatibilidade da situação financeira da Companhia com tal distribuição; **Parágrafo 1º.** Também por deliberação da Assembleia Geral, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; **Parágrafo 2º.** Os pagamentos referidos no Parágrafo anterior serão compensados com o dividendo obrigatório do exercício, e a Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório, se houver, depois de compensados os pagamentos antecipados; **Artigo 15º.** Mediante decisão da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, que poderão ser compensados com os dividendos mínimos. **Artigo 16º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais. **Capítulo IX – Transformação: Artigo 17º.** A Companhia poderá, mediante deliberação de acionistas representando a maioria do capital social, independentemente de dissolução ou liquidação, transformar-se em sociedade de outro tipo, conforme o disposto no Artigo 220 da Lei nº 6404/76. **Capítulo X – Liquidação e Dissolução: Artigo 18º.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** Caberá à referida Assembleia Geral nomear o liquidantes e seu respectivo substituto, eleger o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, e fixar as respectivas remunerações. **Capítulo XI – Disposições Transitórias: Artigo 19º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações. **III – Eleição de novo Administrador em face da Ampliação do Quadro da Diretoria:** Quanto ao disposto no item III da Ordem do Dia, foi aprovada, por unanimidade, a eleição do seguinte novo membro da Diretoria Executiva, sendo também uma Diretora acionista, a Srta. Maria Luiza Garcia, brasileira, solteira maior, universitária, portadora da Cédula de identidade RG nº 39.434.556-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 515.127.168-71, residente e domiciliada na Rua Professor Alexandre Correia nº 620, apartamento 42, Jardim Vitoria Reg, Município de São Paulo, SP, CEP 05657-230, para a função de Diretora Executiva, a qual exercerá o seu mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2023. A Diretora ora eleita toma posse no cargo nesta data, permanecendo em suas funções até que os Diretores eleitos na próxima Assembleia Geral Ordinária em 2023 venham a tomar posse. **Declaração:** A Diretora ora eleita declara que não está impedida por lei especial a exercer o seu cargo, nem condenada a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Por último e atendendo ao disposto no item (IV) da Ordem do Dia, a Sra. Presidente dando sequência ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar do aludido assunto da ordem do dia, e como ninguém mais se pronunciou, foi suspensa a sessão. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspenso para a lavratura desta ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Esta Ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 06 de janeiro de 2023. Presidente: Ana Carolina Lopes Melchet; Secretário: Nivaldo França. Acionistas Presentes, representando a totalidade do capital social: Paula Beatriz Garcia Cunha – CPF nº 302.485.258-16; Maria Luiza Garcia – CPF nº 515.127.168-71; Rafaela Melchert Garcia – CPF nº 499.379.298-06 (\*); (\*) A acionista acima, menor impúber, é, neste ato representada por seu pai José Garcia Netto – CPF nº 097.330.158-90. JUCESP – Registrado sob o nº 99.068/23-0 em 08/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Ficam convidados os Senhores Acionistas desta Companhia a se reunirem em AGO/E, que se realizará no dia 24 de março de 2023, às 10h30, na sede social, Rua Cel. Sezefredo Fagundes, 7.901 – Tucuruvi, na cidade de São Paulo, Capital, CEP 02306-000, para deliberarem, em AGO, sobre a seguinte ordem do dia: (i) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, suas Notas Explicativas e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; (ii) Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2022; (iii) Correção Monetária do Capital Social; (iv) Eleição da Diretoria para o período 2023-2026; (v) Aprovação da verba anual e global destinada à remuneração da Diretoria; e (vi) Outros assuntos de interesse social; e, em AGE; (vii) Ratificação da renovação do contrato de arrendamento de direitos minerais; (viii) alteração do artigo 12 do estatuto da companhia e (ix) Outros assuntos de interesse social. Os documentos existentes relativos ao item "viii" da ordem do dia estarão, a partir desta data, nos termos do art. 135, § 3º da Lei nº 6.404/76, à disposição dos acionistas no endereço da sede da companhia, podendo ser consultados mediante prévio agendamento. São Paulo, 14 de março de 2023. **A Diretoria.** (14, 15 e 16/03/2023)

## Crilimóveis Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.741.033/0001-34 – NIRE 35300392825

**Certidão da Ata de Assembleia Geral Extraordinária**

**Data, Hora e Local:** 01 de dezembro de 2021, às 14:00 horas, na sede social situada na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 673, sala 2, bairro Jabaquara, São Paulo-SP, CEP: 04309-010. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** Presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social da companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Antonio Martins Guerra Neto, presidente da assembleia e Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos, secretária. **Ordem do Dia:** Aumento do capital social da companhia. **Deliberação:** Colocada em votação a matéria única da ordem do dia, foi aprovado o aumento de capital social da companhia no montante de R\$ 16.543.272,00 (dezesseis milhões, quinhentos e quarenta e três mil duzentos e setenta e dois reais), à vista, no ato da subscrição, pela acionista Crilpar Participações e Empreendimentos S.A., com sede na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 673, sala 1, bairro Jabaquara, nesta Capital-SP, CEP: 04309-010, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.667.683/0001-84, NIRE: 35300376633, representada na forma de seus estatutos sociais. Em consequência do aumento ora mencionado, o capital social da companhia passa de R\$ 11.100.002,00 (onze milhões cem mil e dois reais) para R\$ 27.643.274,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil e duzentos e setenta e quatro reais), totalmente integralizados em moeda corrente nacional, passando o caput do artigo 5º do estatuto social ser o seguinte: "Artigo 5º – O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, bens e direitos é de R\$ 27.643.274,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil e duzentos e setenta e quatro reais), divididos em 27.643.274 (vinte e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e setenta e quatro) ações ordinárias no valor de R\$ 1,00 (um real) cada.". **Observações Finais: 1) Quórum das deliberações:** Aprovado por unanimidade de votos dos Acionistas presentes; **2) Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; **3) Encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** totalidade de acionistas da companhia, de acordo com as assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. Na qualidade de Secretária da Assembleia, declaro que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Antonio Martins Guerra Neto – Presidente da Assembleia; Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 64.144/23-9 em 09/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Víncula – Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ/MF nº 01.025.974/0001-92 – NIRE 35.300.438.507

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2023**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada em 23 de janeiro de 2023, às 10h30, na sede social da Víncula – Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Rio Claro, estado de São Paulo, na Avenida Brasil, nº 2.983, CEP 13.505-600. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença dos acionistas detentores de ações que representam a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidência pelo Sr. José Roberto Correa Teixeira Ferraz e secretariada pela Sra. Janete da Silva Cesário. **4. Ordem do Dia:** Reunir-se os acionistas da Companhia para deliberar sobre (i) a alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a autorização para que a administração da Companhia possa tomar todas as providências necessárias para efetivar o quanto deliberado nos itens acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), e presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a lavratura da ata na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o art. 130, § 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Aprovar a alteração do Artigo 4º da Companhia, especificamente para inclusão da seguinte atividade econômica: Atividades profissionais da área da saúde não especificadas anteriormente (CNAE 8650/0/99). **5.2.1.** Em atenção à deliberação do item 5.2 acima, resolvem os acionistas presentes consignar que a Companhia passa a ter as seguintes atividades: (i) exploração do ramo de indústria, comércio, importação e exportação de implantes e instrumentos e equipamentos médicos hospitalares, odontológicos, instrumentos cirúrgicos, implantes laboratoriais em geral; (ii) prestação de serviços de reparos, manutenção de instrumentais, esterilizações de implantes e serviços de treinamento em geral; (iii) participação em outras sociedades, direta e indiretamente, na qualidade de sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior e; (iv) atividades profissionais da área da saúde não especificadas anteriormente. **5.3.** Em razão da deliberação tomada no item 5.2 acima, os acionistas aprovam a alteração do Artigo 4º, do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social (i) exploração do ramo de indústria, comércio, importação e exportação de implantes e instrumentos e equipamentos médicos hospitalares, odontológicos, instrumentos cirúrgicos, implantes laboratoriais em geral; (ii) prestação de serviços de reparos, manutenção de instrumentais, esterilizações de implantes e serviços de treinamento em geral; (iii) participação em outras sociedades, direta e indiretamente, na qualidade de sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior e; (iv) atividades profissionais da área da saúde não especificadas anteriormente. **5.4.** Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários, para fins de implementar o quanto aprovado na presente Assembleia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, a qual, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo/SP, 23 de janeiro de 2023. **Mesa:** José Roberto Correa Teixeira Ferraz – Presidente; Janete da Silva Cesário – Secretária. **Acionistas:** Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimentos e Participações Multiestratégia, Representado por Pátria Investimentos Ltda. **Por:** Daniel Rizardi Sorrentino – Cargo: Administrador e **Por:** Antônio Fernando Checchia Wever – Cargo: Administrador; **Pátria Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia,** Representado por Pátria Investimentos Ltda. **Por:** Daniel Rizardi Sorrentino – Cargo: Administrador e **Por:** Antônio Fernando Checchia Wever – Cargo: Administrador. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.489/23-6 em 03/12/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**

## GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 01 de março de 2023

**Data, Hora e Local:** Ao primeiro (01) dia do mês de março de 2023, às 9 (nove) horas, na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("GPS" ou "Companhia"). **Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Marcos Luiz Abreu de Lima, este também na condição de Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia ("COAUD-GPS"), Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Otavio Yazbek, Amaury Guilherme Bier, Piero Paolo Picchioni Minardi e o Conselheiro Suplente, Luis Carlos Martinez Romero, nos exatos termos da previsão contida no parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regimento Interno do Conselho de Administração. Foi registrada também a presença, como convidados, dos demais membros do COAUD-GPS, a saber, senhores Daniel Abraham Loria e Carlos Roberto Ascutti, para apoio às discussões relativas à PD.CA.GPS-001-2023, descrita na Ordem do Dia da presente reunião. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do CA-GPS. **Mesa:** Presidente: Sr. José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Sr. Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: I – PD CA.GPS-001-2023:** análise, discussão e deliberação sobre: (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria e do parecer dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Lucro Líquido") e declaração de dividendos, bem como demais termos e condições da proposta da administração a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia ("AG"). **II – PD.CA.GPS-002-2023:** análise, discussão e encaminhamento para apreciação e aprovação, em AG, da proposta de remuneração global dos administradores, relativa ao exercício social de 2023. **III – PD.CA.GPS-003-2023:** análise, discussão e encaminhamento para apreciação e aprovação, em AG, da proposta de indicação de chapa para concorrer na eleição dos membros do CA-GPS para um novo mandato. **IV – PD.CA.GPS-004-2023:** Proposta de Convocação da AG para apreciação, deliberação e aprovação das matérias constantes das Propostas de Deliberação PD.CA.GPS-001, 002 e 003-2023 dispostas acima. **V – PD.CA.GPS-005-2023:** análise, deliberação e aprovação (i) das recomendações do Comitê de Pessoas & Organização ("Comitê de P&O"), ocorridas em reunião de 27 de fevereiro de 2023, relativamente ao Programa de Participação nos Lucros e Resultados da Companhia ("PLR"), quanto ao valor a ser partilhado com base nos resultados do exercício social de 2022, observados o valor da provisão efetuada a este título, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido do referido exercício social e o limite de remuneração global anual dos administradores da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 14 de abril de 2022 ("AGO-GPS"), no montante de até R\$ 76.877.825,00 (setenta e seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais); (ii) das recomendações do Comitê de P&O quanto ao provimento de PLR para o exercício social de 2023; (iii) das recomendações do Comitê de P&O relativamente à aprovação de Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia para o ano calendário de 2023 ("PROCA-23"), aos novos Parceiros que ingressarem em Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, bem como dos Parceiros atuais a adquirir novas ações no âmbito do referido Programa, em 2023. **Discussões e Deliberações:** Iniciada a Reunião para análise e discussão da matéria constante da PD.CA.GPS-001-2023, os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria com recomendação de aprovação pelo CA-GPS e do parecer dos auditores independentes da Companhia, conforme referidos documentos de suporte previamente disponibilizados ao CA-GPS, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os quais serão encaminhados para deliberação em AG e (ii) a proposta da administração de destinação do Lucro Líquido e declaração de dividendos, na forma do Anexo Único à presente Ata, bem como demais termos e condições da referida proposta a ser submetida à apreciação pela AG. Relativamente à PD.CA.GPS-002-2023, após análise e discussão da matéria, restou aprovado pelo CA-GPS, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o encaminhamento, para apreciação e aprovação em AG, da proposta de remuneração global dos administradores relativa ao exercício social de 2023, no montante de até R\$ 92.858.937,00 (noventa e dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e sete reais). Em sequência, passou-se à análise e discussão da matéria consistente da PD.CA.GPS-003-2023, a qual, após apreciação dos Conselheiros presentes quanto aos requisitos e critérios contidos nos itens 2.2, 2.3 e 3.2.2 da Política de Indicação de Membros do CA-GPS, seus Comitês e Diretoria Estatutária, bem como quanto aos pressupostos contidos no artigo 140, caput, da Lei das S.A.s, artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado e artigo 16, parágrafo 1º do Regimento Interno do CA-GPS, em especial aqueles que dispõem a respeito do enquadramento do conselheiro independente, restou deliberado, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o encaminhamento, para a AG da Companhia, da chapa composta pelos candidatos a seguir indicados para apreciação e eleição do CA-GPS para um novo mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, acompanhada das informações, declarações e manifestações constantes da Proposta da Administração a ser anexada ao Edital de Convocação, como segue: (a) Sr. José Caetano Paula de Lacerda, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 774.383 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.439.085-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço na Avenida Delfim Moreira, nº 1.064, apartamento 201, Leblon, CEP 22411-000, para o cargo de Presidente do CA-GPS; (b) Sr. Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 06040760-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 847.694.837-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Epiplácio Pessoa, nº 2.840/301, Lagoa, CEP 22471-003, para o cargo de Vice-Presidente do CA-GPS; (c) Sr. Marcos Luiz Abreu de Lima, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº M-308.941 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.613.056-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Tutoia, nº 106, Edifício Voir, apartamento 231, CEP 04007-000, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (d) Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.285.022-0/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.575.478-11, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida

## GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120

### Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 02 de março de 2023

**Data, Hora e Local:** Em 02 de março de 2023, às 9 (nove) horas, na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("GPS" ou "Companhia"). **Presenças:** Nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social e do parágrafo 1º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, presente a totalidade dos membros titulares do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Carlos Nascimento Pedreira, Marcos Luiz Abreu de Lima, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Otavio Yazbek, Amaury Guilherme Bier e Piero Paolo Picchioni Minardi. **Convocação:** Dispensada e considerada regularmente instalada, tendo em vista a presença a totalidade dos membros titulares do CA-GPS, nos termos do parágrafo 7º do artigo 14 e do parágrafo 2º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Sr. Cláudio Petruz. **Ordem do Dia:** Retificação e ratificação da deliberação do CA-GPS tomada em Reunião Ordinária realizada em 01 de março de 2023, a qual encaminhou a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, agendada para o dia 05 de abril de 2023 a partir das 9 (nove) horas (AG"), a chapa composta pelos candidatos à eleição do CA-GPS para um novo mandato, objeto da PD.CA.GPS-003-2023. **Discussões e Deliberações:** Iniciada a Reunião, o senhor Presidente abriu os trabalhos registrando que, não obstante o Sr. Marcos Luiz Abreu de Lima ter sido qualificado como candidato ao cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS na Ata da Reunião Ordinária do CA-GPS realizada em 01 de março de 2023, verificou-se que a qualificação correta é a de candidato ao cargo de Membro Titular Vinculado do CA-GPS, em observância aos requisitos previstos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado. Em sequência, ouvindo os demais Conselheiros presentes, foi deliberada a retificação e ratificação da Ata de Reunião Ordinária do CA-GPS realizada em 01 de março de 2023 quanto à deliberação objeto da PD.CA.GPS-003-2023, para que conste a seguinte redação: após apreciação dos Conselheiros presentes quanto aos requisitos e critérios contidos nos itens 2.2, 2.3 e 3.2.2 da Política de Indicação de Membros do CA-GPS, seus Comitês e Diretoria Estatutária, bem como quanto aos pressupostos contidos no artigo 140, caput, da Lei das S.A.s, artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado e artigo 16, parágrafo 1º do Regimento Interno do CA-GPS, em especial aqueles que dispõem a respeito do enquadramento do conselheiro independente, restou deliberado, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o encaminhamento, para a AG da Companhia, da chapa composta pelos candidatos a seguir indicados para apreciação e eleição do CA-GPS para um novo mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, acompanhada das informações, declarações e manifestações constantes da Proposta da Administração a ser anexada ao Edital de Convocação, como segue: (a) Sr. José Caetano Paula de Lacerda, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 774.383 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.439.085-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço na Avenida Delfim Moreira, nº 1.064, apartamento 201, Leblon, CEP 22411-000, para o cargo de Presidente do CA-GPS; (b) Sr. Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 06040760-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 847.694.837-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Epiplácio Pessoa, nº 2.840/301, Lagoa, CEP 22471-003, para o cargo de Vice-Presidente do CA-GPS; (c) Sr. Marcos Luiz Abreu de Lima, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº M-308.941 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.613.056-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Tutoia, nº 106, Edifício Voir, apartamento 231, CEP 04007-000, para o cargo de Membro Titular Vinculado do CA-GPS; (d) Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.285.022-0/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.575.478-11, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 9º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (e) Sr. Otavio Yazbek, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.188.557-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.749.928-06, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, nº 350, 9º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-000, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (f) Sr. Pedro Franco Sales, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.073.177-5/FFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.446.557-06, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº 1.077, apartamento 31, Jardim Paulista, CEP 01408-001, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (g) Sr. Roberto Lopes Pontes Simões, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 839.142 – SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.330.245-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Alexandre Correia, nº 310, apartamento 52, Jardim Vitória Régia, CEP 05657-230, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (h) Sr. Luis Carlos Martinez Romero, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.284.691 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 443.874.405-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, para o cargo de Membro Suplente Vinculado do CA-GPS; e (i) Sra. Fernanda Didier Nascimento Pedreira, brasileira, solteira, profissional de relações internacionais, portadora da Cédula de Identidade RG nº 08582702-93 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 324.425.548-52, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Felipe Figliolini, nº 178, Santo Amaro, CEP 04740-010, para o cargo de Membro Suplente Vinculado do CA-GPS. Em sequência, os Conselheiros presentes passaram à análise da matéria constante da PD.CA.GPS-004-2023, a qual, após discussão, restou aprovada, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a convocação da AG da Companhia agendada para o dia 05 de abril de 2023, a partir das 09:00 horas, para apreciação e deliberação das matérias constantes das PDs CA.GPS-001, 002 e 003-2023 acima descritas. Passando à análise e discussão da matéria constante da PD.CA.GPS-005-2023, os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, as recomendações do Comitê de P&O, conforme consignado em sua ata de reunião de 27 de fevereiro de 2023, que ficará arquivada na sede da Companhia, relativamente à: (i) distribuição do valor máximo de R\$ 129.000.000,00 (cento e vinte e nove milhões de reais), a título de PLR, com base nos resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a serem pagos aos participantes do referido PLR em parcela única, no dia 06 de março de 2023, respeitados o valor da provisão efetuada a este título, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido do referido exercício social e o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia, conforme aprovado na AGO-GPS, no montante de até R\$ 76.877.825,00 (setenta e seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco mil reais); (ii) provisãoamento do valor a ser pago no âmbito do referido PLR, relativamente ao exercício social de 2023, no valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido do referido exercício; e (iii) indicação de novo Parceiro a ingressar em Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia ("PROCA-23"), bem como dos Parceiros atuais a adquirir novas ações no âmbito do referido Programa, em 2023. Ao contínuo, os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas o PROCA-23, sob as seguintes condições: (a) que o preço de emissão de Ações para referido PROCA-23 será calculado com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 08 de março de 2023 e 14 de março de 2023; (b) sobre o preço de emissão das Ações a serem subscritas pelos Parceiros incidirá um desconto de 10% (dez por cento) a ser pago como prêmio; (c) será emitida uma quantidade estimada de 3.063.175 (três milhões, sessenta e três mil, cento e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,46% (zero vírgula quarenta e seis por cento) do capital social da Companhia anterior a tal emissão; (d) haverá aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor estimado de R\$ 35.961.685,00 (trinta e cinco milhões, novecentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais); (e) as Ações serão gravadas com prazo de lock-up de 3 (três) anos contados da data de aquisição das mesmas pelos Parceiros; e (f) o preço de emissão e o número de Ações emitidas no âmbito do PROCA-23, bem como o decorrente aumento do capital social da Companhia pelo CA-GPS dentro do limite do capital autorizado deverão ser ratificados pelo CA-GPS, em seus exatos valores, de forma a garantir a observância das condições estabelecidas no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 14 de abril de 2022, em reunião ordinária agendada para o dia 04 de maio de 2023. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 01 de março de 2023. **Assinaturas:** Mesa – Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda, Marcos Luiz Abreu de Lima, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Otavio Yazbek, Amaury Guilherme Bier, Piero Paolo Picchioni Minardi e Luis Carlos Martinez Romero. (A presente é cópia fiel da ata que se acha lavrada em livro próprio). (ass.) José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; Cláudio Petruz – Secretário. **Anexo Único à ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de março de 2023. Proposta da Administração para destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.**

Lucro Líquido	R\$ 516.681.436,55
Reserva legal (5%)	R\$ 25.834.071,83
Dividendos obrigatórios (25%) <sup>1</sup>	R\$ 122.711.841,18, correspondente a R\$ 0,26 por ação
Dividendos adicionais <sup>1</sup>	R\$ 51.412.455,92, correspondente a R\$ 0,26 por ação
Saldo Remanescente <sup>2</sup>	R\$ 316.723.067,62

<sup>1</sup> Ajustado após a destinação para a reserva legal. <sup>2</sup> O saldo remanescente será retido na forma da proposta da administração da Companhia.

## Crilimóveis Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.741.033/0001-34 – NIRE 35.300.392.825

### Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

**Data, Hora e Local:** 02 de agosto de 2022, às 14:00 horas, na sede social situada na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 673, sala 2, bairro Jabaquara, São Paulo-SP, CEP: 04309-010. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** Presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social da companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos, presidente da assembleia e Larissa Girão Romera da Silva, secretária. **Ordem do Dia:** a) exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2021; b) eleição da diretoria; c) outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** colocada em votação o item "a" da ordem do dia, foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial, referente ao exercício findo em 31/12/2021, publicado no "Data Mercantil", nas versões impressa e digital, da edição de 26/04/2022. Passando ao item "b" da ordem do dia, foram eleitos, neste ato, com mandato de 1 (um) ano, contados desta data, para o período de 2022 a 2023, ratificando-se todos os atos anteriormente praticados até a presente data, a diretoria da sociedade composta por Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 29.247.901-3 SSP-SP, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 221.431.138-62; Sheyla da Silva Gomes Augusto, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 21.417.900-X SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 246.791.838-61, e Larissa Girão Romera da Silva, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 28.468.526-4 SSP-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 353.579.998-80, todas domiciliadas na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 673, bairro Jabaquara, São Paulo-SP, CEP: 04309-010. **Declaração de Desimpedimento e Posse:** As diretoras ora eleitas declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividade mercantil. Ao contínuo, assinam o Termo de Posse lavrado no Livro de Registro de Atas da Sociedade, nos termos do artigo 149 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme facultada o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais:** 1) Quórum das deliberações: Aprovado por unanimidade de votos dos Acionistas presentes; 2) Arquivamento: ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; 3) Encerramento: esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Acionistas presentes: a totalidade de acionistas da companhia, de acordo com as assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. Na qualidade de Secretária da Assembleia declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos – Presidente da Assembleia; Larissa Girão Romera da Silva – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 97.764/23-1 em 06/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



BRDOCS

## Ortopedia do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 42.675.700/0001-26 - NIRE 35.300.572.700  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

**Acesso pelo link:** <https://bit.ly/Acesse-Convocacao-14-03-23>. **ID da Reunião nº:** 258 163 939 50. Ficam convocados os acionistas da **Ortopedia do Brasil S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia **23/03/2023, às 11h**, em 1ª (primeira) convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (1) a ratificação da nomeação e contratação da **BR Efforts Serviços Contábeis S/S Ltda.**, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, sob o nº 2SP043.416/O-1 e no CNPJ/MF sob o nº 39.255.457/0001-82, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012, conjunto 102 ("Empresa Avaliadora"), na qualidade de empresa especializada contratada para a elaboração do laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação") das quotas representativas do capital social da **CRS Serviços Médicos Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.132.777/0001-40, com sede na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Maluf, nº 469, Jardim Santo Antônio, CEP 09240-410, a serem conferidas ao capital social da Companhia; (2) a aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora; (3) a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de, no mínimo, R\$ 756.009,71 (setecentos e cinquenta e seis mil e nove reais e setenta e um centavos) e no máximo R\$ 953.094,41 (novecentos e cinquenta e três mil e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos), mediante a emissão de, no mínimo, 169.914 (cento e sessenta e nove mil novecentas e catorze) e no máximo 214.209 (duzentas e catorze mil duzentas e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço unitário de emissão de aproximadamente R\$ 4,45 (quatro reais e quarenta e cinco centavos) por ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A., sendo permitida a homologação parcial do aumento do capital social se atingida a subscrição mínima de R\$ 756.009,71 (setecentos e cinquenta e seis mil e nove reais e setenta e um centavos); (4) a divulgação pela administração de aviso aos acionistas para estabelecer o procedimento de exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias previsto no art. 171, § 4º da Lei das S.A.; (5) a proposta de alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social da Companhia; e (6) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na referida Assembleia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) – [patricia.passos@opty.com.br](mailto:patricia.passos@opty.com.br) e [vanessa.coelho@opty.com.br](mailto:vanessa.coelho@opty.com.br) com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhá-lo para verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 14/03/2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira**, Presidente do Conselho de Administração. (14, 15 e 16/03/23)

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



**BRDOCS**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

